

3 O DESPONTAR DA ESTRELA: a formação e construção do PT no Rio Grande do Norte.

“Nossa forma emergente, diferente, irreverente, surpreendente.

*Subversiva.
Aqueles meninos criando partido!
Aqueles moços em cima de caminhões!
Aquelas moças, mulheres, novidade histórica espetacular, forma-conteúdo, ali naqueles caminhões, no meio da praça, por onde Nossa Senhora em seu andor!
Aqueles negros, de início poucos, e aos poucos, muitos, em cima de caminhões!
Operários ou não, camponeses ou não, intelectuais ou não, quadros políticos ou não, simples transeuntes...
Uma nova cenografia, uma nova coreografia. Mais que um novo programa, novos sujeitos sociais. Mais que uma nova plataforma conceitual, uma nova libido, outra sedução.”*

(Luis Soares Dulci, in “A política como grande arte”)

O processo de constituição do PT no RN combinou especificidades próprias aos atores que o formou e os embates políticos concretos tal como se manifestaram no espaço social local, mas esteve associado aos rumos que, à nível nacional, o projeto *petista* tomou, tanto internamente, quanto em relação aos seus posicionamentos externos, isto é, no que diz respeito à disputa, ao longo de toda a década de 80, pelo tipo de espaço político que seria instituído como resultado da transição democrática brasileira.

Assim, preferimos pontilhar a análise das especificidades da construção do PT potiguar articulando-a aos movimentos conjunturais, no plano nacional, possibilitando-nos perceber, de maneira clara, que elementos, aspectos, ou dinâmicas são específicas do partido, tal como ele se estruturou no RN, e quais são manifestações de processos mais amplos, disseminados a partir de experiências e determinações originadas fora do espaço local.

3.1. A fundação e a fase “heróica” de construção do PT local.

Em fins da década de 70, no RN, já circulavam as notícias de que “algo diferente estava acontecendo em São Paulo”, que um partido “só de trabalhadores” estava para ser fundado. Estas notícias embalavam a curiosidade e a esperança de vários sindicalistas e militantes de esquerda - em geral, polarizados pelas organizações de esquerda clandestina -, os quais, de maneira dispersa, atuavam em alguns poucos sindicatos urbanos e rurais; no interior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos movimentos estudantil e docente; e em alguns organismos de base da Igreja Católica.

As primeiras iniciativas no sentido de se realizar uma reunião onde a proposta de fundação e organização do PT, no RN, fosse posta, formalmente, em discussão, tiveram em Rivaldo Fernandes, militante do PCR e dirigente da Pastoral Operária, o principal articulador.

A primeira reunião aconteceu em fins de 1979¹, e contou com a presença de um conhecido sindicalista, do meio rural, do Maranhão, Manoel da Conceição, ex-militante da AP, então ligado ao clandestino PCR e membro da Comissão Nacional Provisória do PT, encarregado de organizá-lo em alguns estados nordestinos, entre eles a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

A reunião, que originalmente teria lugar no Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do RN, na verdade, aconteceu no quintal da casa do pai de um dos participantes, chamado Ivanildo, localizada próximo ao sindicato. *“Na hora que a gente chega lá o sindicato está fechado. Não veio ninguém abrir. [...] E esta reunião foi na casa do pai de Ivanildo, debaixo de uma mangueira”*.²

Nessa reunião, que contou com cerca de vinte pessoas, em que se apresentou a proposta de organização do PT, ficou marcada uma outra “mais aberta”,

¹ Não há registros formais desta reunião. As pessoas entrevistadas não souberam informar a data precisa, mas mencionam que deve ter acontecido entre novembro e dezembro de 1979.

² Aldemir Lemos, depoimento dado ao autor em 31.01.95.

onde se discutiria mais profunda e detalhadamente como seria organizado o Partido no estado.

Das primeiras reuniões, participavam militantes dos organismos de base da Igreja Católica; alguns militantes do movimento sindical rural; alguns outros com presença ainda incipiente em categorias profissionais do meio urbano e militantes do movimento estudantil e docente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cabe ressaltar que, por essa época, a grande maioria das lideranças no Movimento Pró-PT, no RN, tinham ligações também com alguns daqueles grupos de orientação marxista que haviam experimentado a clandestinidade no período “mais duro” da ditadura militar, e que tentavam, ainda na clandestinidade, se reorganizar, paralelamente ao trabalho de construção e organização do PT.

A partir daí começaram as iniciativas no sentido de construir o Partido nos municípios do interior, dado que a maioria dos membros fundadores, e da própria Coordenação Regional, era residente em Natal e a Lei Orgânica dos Partidos exigia que o partido estivesse organizado em um número mínimo de municípios.

A difusão da proposta do partido no interior do estado inicia-se por intermédio de algumas lideranças partidárias de então, que levam a discussão aos trabalhadores sob influência da Igreja, ou onde havia alguma organização sindical rural. Exceção deve ser assinalada em relação à Mossoró, onde o PT se organizou a partir, também, da incorporação de militantes que tentavam reconstruir o clandestino PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e haviam fundado o MDB no município.

Entre estes militantes havia trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos como bancários, professores da FURRN (Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte), comerciários e trabalhadores da construção civil, os quais tinham relativa inserção no movimento sindical local.

Assim, eram organizadas equipes de militantes que viajavam, normalmente nos finais de semana, de Natal com objetivo de formar os primeiros núcleos do

PT no interior do estado, a partir de contatos feitos antecipadamente com lideranças sindicais com atuação nos municípios.

Não era uma tarefa fácil: os militantes jamais haviam experienciado a participação e construção de um partido legal e de massas (diferentemente do PMDB, que herdara a estrutura do ex-MDB, e do PDS, organizado a partir do que já existia da ex-ARENA).³ Por outro lado, o partido dependia unicamente dos recursos materiais e desprendimento individual dos seus militantes: “*Viajávamos até em cima das carrocerias de caminhões de cana-de-açúcar implantando o partido pela zona canavieira do Estado*”. (Sectarismo..., 1989, p. 4)

Paralelo a esse trabalho inicial realizaram-se as reuniões preparatórias para a ida de representantes locais ao ato de fundação nacional do PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, reuniões estas que ocorreram nas dependências do então Colégio e Curso Radar, de propriedade de um amigo de Rivaldo Fernandes, que o cedia às reuniões do partido, nos finais de semana.

A ida dos representantes potiguares à São Paulo foi permeada de dificuldades financeiras:

*“Se faz uma cota, [...] ao todo tinham umas sessenta pessoas, se cotiza e se consegue passagem pra ida, para mim, Rivaldo e Ferreira. Eram as três pessoas que se dispuseram a ir. [...] Aí fizemos um panfleto, um folhetozinho do PT, mandamos rodar numa gráfica, na Ribeira, cinco mil. Vendemos alguns aqui e levamos uns quatro mil e quinhentos pra São Paulo. Chegamos lá no Colégio Sion, arriamos a maletazinha na porta e comecei a ler os versos e vendemos os folhetos todinhos. [A viagem de ida] foi comendo pão doce com refresco [...], na volta a gente vei na boa, almoçamos [...] e trouxemos dinheiro pro PT.”*⁴

³ Keck(1991, p. 109) mostra que “as exigências rigorosas para a formação dos partidos” - contidas na nova legislação partidária, de 1979 - “favoreciam claramente os que já contavam com organizações partidárias locais herdadas, principalmente quanto ao número de membros e à estrutura.”

⁴ Aldemir Lemos, depoimento ao autor, em 31.01.95. As dificuldades financeiras que cercam o PT, no seu início, podem ser atestadas, também, na leitura da ata de reunião da Coordenação Regional, em 23.10.80, onde o militante Cícero Gomes coloca dificuldades para a impressão do Informativo do PT (que seria em uma

Por este período, ainda não haviam iniciado, ou pelo menos se explicitado, as disputas internas entre os grupos políticos que compunham o partido, o que somente aparece após a consolidação da fundação do PT. Assim é, que a escolha dos representantes potiguares à reunião de fundação nacional do partido, “*não foi nem assim, em cima de uma discussão mais política. Era quem tinha mais peito pra ir*”, conforme a apreensão imediata de um antigo militante.⁵

No entanto, se é verdade que, naqueles primeiros dias de nascimento do PT, inexistiam debates mais renhidos sobre os rumos do partido, pelos agrupamentos políticos internos, percebe-se, em contrapartida, que os representantes potiguares que vão ao Colégio Sion, expressam as principais “forças políticas” do partido, naquele momento: sua principal base social, os trabalhadores rurais, através de Francisco Ferreira - expressiva liderança sindical rural da época e os dois grupos políticos hegemônicos: o PCR, representado por Rivaldo Fernandes, e o PCBR, na pessoa de Aldemir Lemos.

Pouco mais de um mês depois, em 29 de março de 1980, realizou-se, no ITEPAN (Instituto Teológico e Pastoral de Natal), o 1o. Encontro Estadual dos militantes Pró-PT, do RN, no qual se elege a primeira Coordenação Regional, formada por Rivaldo Fernandes Pereira, Cícero Gomes Correia, Aldemira Araújo Martins, Aldemir Lemos, Elisiel Barbosa da Silva, Afonso Ligório Alves de Albuquerque e Lizete Cunha de Sousa. A preocupação com a representatividade social e política desta Coordenação pode ser aferida pelos folhetos elaborados pela Comissão Organizadora do Encontro, nos quais se orientava que a eleição da Coordenação Regional deveria obedecer os seguintes critérios e procedimentos: os eleitos deveriam estar ligados ao movimento popular, considerados como tal as oposições sindicais, os movimentos de bairro, comunidades de base, além das

folha tamanho ofício): faltava papel ofício, segundo ele, e não se tinha dinheiro para a gravação do estêncil eletrônico e para rodar os informativos.

⁵ Aldemir Lemos, depoimento dado ao autor, 31.01.95.

entidades profissionais e estudantis, e terem militância no movimento de construção do PT, comprovada pela plenária.

Em 28 de junho do mesmo ano, o PT fez publicar seu primeiro manifesto público, onde se afirmava a idéia do Partido como expressão classista dos trabalhadores e seus aliados, dentro e fora das instituições do Estado:

”Queremos um partido que ajude a nossa organização e que seja nosso pensamento e ação nas ruas e praças, nas fábricas, no campo, nos bairros, nas Câmaras e nas Assembléias e em todos os lugares onde tenham trabalhadores rurais, funcionários públicos, professores e outros trabalhadores assalariados bem como todos aqueles setores que estão ao lado deles: estudantes, intelectuais, etc.”(Partido..., 1980)

Além disso, o PT local repetia em seu manifesto uma concepção abrangente de democracia, também presente nos documentos oficiais nacionais do partido, entranhada pela defesa da melhoria das condições de vida e de trabalho da população:

“Para nós não existirá democracia enquanto não houver direito de greve e estabilidade no emprego. Não existirá democracia enquanto nossos salários não forem suficientes para termos vida digna como qualquer pessoa. Não haverá democracia enquanto precisarmos trabalhar mais de oito horas diárias e nossos filhos continuarem mal alimentados e sem poderem estudar. Não haverá democracia enquanto os que trabalham na terra não receberem seus benefícios. Não haverá democracia enquanto nossos sindicatos pertencerem ao governo e ao Estado e não aos trabalhadores. Não existirá democracia enquanto existir a Ditadura que impede a livre organização e manifestação dos setores explorados da população, prendendo, espancando e matando trabalhadores, deputados, estudantes, intelectuais e outros. Não pode haver democracia se a riqueza da Nação é entregue a uma minoria de ricos e tubarões brasileiros e estrangeiros. Finalmente, só haverá uma verdadeira democracia quando os trabalhadores participarem das decisões políticas e da vida do País. No nosso Estado enquanto os estrangeiros

ganham rios de dinheiro com nosso sal, os trabalhadores suam de sol a sol. enquanto as nossas minas são exploradas, continuam péssimas as condições de trabalho. Ao mesmo tempo que os grandes projetos rurais enriquecem os grandes empresários e latifundiários, os pequenos agricultores são expulsos do campo e ameaçados por grileiros e seus jagunços. De um lado constroem-se viaduto do Baldo, via costeira e casa do Governador, do outro os trabalhadores continuam em seus bairros vivendo as piores condições (dificuldades de luz, transporte, calçamento, esgoto, escola e atendimento médico) e aumentam o número de favelas.”(Partido..., 1980)

Ainda em 1980, o PT/RN conseguiu realizar o seu primeiro comício, com a presença de Luís Inácio da Silva, na praça Gentil Ferreira, no Alecrim. Um comício marcado pelo imprevisto, dado que parte do dinheiro necessário ao pagamento do aluguel do caminhão, que serviu como palanque, e do carro de som, teve que ser recolhido em pleno comício, entre os participantes. Segundo os jornais da época, havia em torno de 3 a 4 mil pessoas.

Ao final de 1980, o PT potiguar contabilizava cerca de 40 Comissões Provisórias Municipais. A nível de Nordeste, somente o Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão estavam incluídos no registro provisório do PT no Tribunal Superior Eleitoral. Era, sem dúvida, uma marca importante em se considerando que o PT, no estado, não surgira na base de nenhum grande movimento social, nem herdando a estrutura de qualquer um dos outros partidos existentes anteriormente.

Porém, as tentativas de cumprir os prazos e os requisitos mínimos exigidos pela Justiça Eleitoral, se, por um lado, possibilitaram o registro provisório ao Partido, por outro, concorreram para que uma grande parte das Comissões Provisórias tivesse uma vida apenas “cartorial”.

Isto deve ser visto à luz da combinação de alguns elementos determinantes: em primeiro lugar, a precariedade estrutural do partido, dependente das contribuições voluntárias individuais de seus poucos filiados. Em segundo, inexistia, na época, na grande maioria dos municípios os chamados movimentos sociais “vivos”; ou seja, espaços coletivos de alcance massivo que se constituíssem como

alteridades alternativas às lideranças políticas tradicionais locais. Em terceiro lugar, o partido não tinha representantes nos legislativos municipais, estadual e federal, nem em qualquer executivo municipal, no estado, o que dificultava a inserção do partido nas disputas cotidianas na arena da chamada “grande política”. Por fim, acresce-se a tudo isso a falta de acompanhamento sistemático, por parte da direção estadual do partido, ao desenvolvimento político e organizacional dos diretórios dos municípios do interior.

Apesar dessas dificuldades, os militantes locais do PT tentaram construir o partido dentro dos marcos da novidade organizacional⁶ que o modelo petista de organização partidária propugnava, fundado na valorização de suas instâncias de base como espaços decisórios e norteadores da conduta partidária e na idéia de maximização da participação dos indivíduos nas decisões políticas.

Não se tratava de um modelo abstratamente “criado” pelas lideranças petistas, mas o traslado ao âmbito partidário das experiências vividas pelos atores que se dispunham a fundar o partido. Assim, as pistas ao entendimento da especificidade do processo organizativo do PT passa pela compreensão das intencionalidades dos seus atores fundadores, combinada ao tipo de militância que estes militantes (e os que dão continuidade à tarefa de consolidar o partido) impõem a si mesmos, no contexto de uma extraordinária reativação das lutas sociais, diversificação dos instrumentos e esferas de luta, proliferação e (re)criação de espaços de discussão e ação coletivas, em torno de reivindicações que, ora se localizam numa dimensão mais corporativa ou particular, ora se ampliam aos diversos estratos da sociedade civil.

Na base desses postulados “basistas”, que valorizavam a participação ampliada de todos os militantes nas esferas decisórias do partido, estava inscrito a

⁶ Uma das expressões desse princípio de valorização das instâncias de base, no contexto do modelo político-organizativo petista, sem dúvida é a idéia de *núcleo*. Porém, a perspectiva de um partido organizado *a partir* dos seus núcleos de militantes formados em bairros, escolas e locais de trabalho, de um modo geral, jamais ultrapassou as fronteiras das generosas e louváveis intenções democratizantes dos petistas. Aliás, eles mesmos são os primeiros a reconhecer isto, de forma recorrente, nas resoluções de seus encontros e congressos nacionais.

influência tanto das dinâmicas de ação e organização das comunidades eclesiais de base, como da crítica das correntes marxistas rompidas com os PC's, sobre o seu centralismo burocrático.

O contexto de efervescência mobilizatória e de ousados movimentos grevistas, em plena ditadura, contribuía para difundir um projeto de construção partidária umbilicalmente vinculado à dinâmica própria dos movimentos sociais nos quais seus militantes desenvolviam suas atividades políticas. O partido, assim, fazia parte daquele processo mais amplo de fortalecimento dos movimentos sociais como um dos produtos das iniciativas ali gestadas. Sua fonte vital era a vitalidade dos movimentos.

Este modo de conceber o partido amparava-se na idéia segundo a qual o PT seria um *reflexo* da conscientização gradual pelos trabalhadores da necessidade de constituição de um partido como instrumento de luta; mas também um *agente* desse processo conscientizador. Tratava-se de perspectivas distintas de um mesmo espaço, devido a sua capacidade de aglutinar trajetórias diferentes, embora não antagônicas.

Num possível resumo dessas perspectivas, no contexto do processo de organização do PT no RN, têm-se, de um lado, a percepção daqueles que realizavam uma avaliação das experiências guerrilheiras do início da década de 70 e que, ainda embalados pela matriz marxista, viam no PT a possibilidade de constituição do “verdadeiro” partido proletário, de um partido revolucionário, de um partido preparado a responder as demandas de uma situação revolucionária:

“o PT veio me satisfazer, [...] naquilo que eu esperava que fosse um partido de esquerda. Por exemplo, eu na época tinha crítica à luta armada, quando o pessoal entrou daquela forma [...]. Não pelo fato, porque não havia outra saída. [...] tinham que ir mesmo. Mas não tinha base pra fazer aquilo. [...] Eu pensava o PT como um partido revolucionário que faria esse trabalho. Entraria nas mas-

...sas. Abriria espaço nas massas.[...] Você criaria bases sociais para empreender uma luta armada.”⁷

“era muito aquela idéia[...] [de] que dessa vez você vai construir mesmo um partido, um verdadeiro partido. Porque já nessa época eu achava que nunca tinha existido um partido proletário no Brasil. Eu achava que o PT se não era poderia vir a ser o partido proletário.”⁸

De outro lado, têm-se uma perspectiva profundamente enraizada na recusa da fronteirização das atividades políticas dos atores sociais subalternos, quando muito, aos marcos do sindicato; e na projeção do partido como instrumento de admissão legítima à esfera política, como se depreende deste depoimento de uma liderança rural do interior do estado:

“a gente começou a discutir também a questão partidária, porque a gente tanto sentia pressão por parte do sindicato de trabalhador rural como sentia pressão por parte da política, dos chefes políticos. Naquela época só tinha mesmo o PDS em São Tomé. Era quem mandava, [...] quem desfazia tudo, né? [...] Até que chegou o momento que a gente disse: Bom, como a gente sofre pressão por parte do chefe político, da política partidária, [...] vamos também discutir a questão política e vê a possibilidade de sair um companheiro também candidato a vereador aqui no sindicato.”⁹

A combinação dessas dimensões contraditórias da relação partidomovimentos sociais, era sintomático da diversidade de concepções envolvidas no processo de construção do partido naqueles primeiros anos, o que, ao contrário de anular, somente reforçava a iniciativa de fundação do PT.

Todavia, conforme registra Keck(1991, p. 122-3),

⁷ Aldemir Lemos, depoimento dado ao autor, em 30.01.95.

⁸ Lincoln Moraes, depoimento dado ao autor, em 18.03.95.

⁹ José Expedito da Silva, depoimento dado a Cícero Gomes Correia, em 09.03.95.

*“a decisão de legalizar o partido apesar das dificuldades criadas pela legislação inviabilizou o tipo de processo orgânico que o projeto inicial tinha em vista, qual seja, a conscientização gradual dos trabalhadores, juntamente com o crescimento dos movimentos da sociedade civil e a constituição do partido com base na **participação** em massa de seus membros. Por causa do pouco tempo disponível, era necessário identificar grupos estratégicos capazes de contribuir para a organização rápida dos diretórios e o recrutamento em cada município de um número de membros suficiente para cumprir as determinações legais.”*

A pressão exercida pela exiguidade dos prazos para a legalização do partido foi decisiva no sentido de prejudicar a qualidade do recrutamento de filiados, de modo que

“embora no início houvesse um vasto esforço para assegurar que os novos membros, antes de filiarem-se, tivessem lido e compreendido o programa e os princípios partidários, à medida que o prazo se esgotava, os membros passaram a ser filiados em massa, sem tanta preocupação com sua compreensão efetiva do projeto do partido e sem garantia de que participariam de um núcleo.”(Keck, 1991, p. 123)

Mas, um outro problema que perpassava o processo de constituição do PT era a sua composição heterogênea, configurada na forma de grupos internos que se organizavam mais ou menos permanentemente, em torno de posições, propostas ou projetos diferenciados, para as disputas pela hegemonia no interior do partido.

A maioria deles eram herdeiros de organizações políticas dissidentes dos PC's, desde fins da década de 60, que se opuseram à ditadura militar, pela via da luta armada, e que, no final dos anos 70, em face do reaquecimento das lutas sociais e do aprofundamento do processo de “liberalização democrática”, buscavam se reconstituir.

Dos vários grupos políticos que ressurgiam no início dos anos 80 e que tinham alguma presença no PT, do RN, podemos citar: o PCR, que atuava, via as organizações de base da Igreja, seja no meio urbano - por exemplo, no movimento estudantil, através de sua influência junto ao grupo identificado aos trabalhos de base da Igreja¹⁰, seja no meio rural; o PCBR, com uma presença maior entre os sindicalistas da área rural e que durante cerca de seis anos deteve a hegemonia e o controle da Direção Estadual do PT/RN; a Convergência Socialista e o MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), mais atuantes entre os militantes do meio universitário.

Nos primeiros anos, a hegemonia interna foi exercida pelo grupo ligado ao PCBR, que tinha militantes sob sua influência nas Comissões Provisórias do partido dos municípios do interior do estado, onde se estruturavam, em sua maioria, os sindicatos de trabalhadores rurais. Os demais agrupamentos, com atuação limitada quase que somente a Natal, não tinham uma estrutura político-organizativa que os capacitasse a reverter, a curto prazo, a hegemonia estadual do grupo ligado ao PCBR.

Vale a pena assinalar, ademais, que tal caracterização da composição política do PT, no RN, não é uma especificidade local, mas um fenômeno presente em alguns outros estados, particularmente nordestinos, onde, conforme nos informa Keck(1991, p. 99), *“em muitos casos, a esquerda levava à frente, sozinha, a proposta do PT”*.

O PT, dada a ambigüidade de suas formulações programáticas¹¹ e a presença hegemônica de uma concepção organizativa refratária a uma disciplina cen-

¹⁰ Andrade, C.(1994, p. 39), em seu trabalho sobre o Movimento Estudantil da UFRN, nos relata, em nota de rodapé, que os militantes desse grupo, identificados pelo autor como “quadros da PU (Pastoral Universitária)”, “participavam freqüentemente de reuniões clandestinas com militantes do PCR de Pernambuco, e mesmo não formalizando filiação a essa organização, seus integrantes orientavam-se e intervinham no ME com base nos documentos e discussões realizadas com o PCR”.

¹¹ Várias passagens do Programa do PT atestam esta ambigüidade, aparentemente imersa num forte empirismo, mas muito tensionada pela crítica às concepções marxista-leninistas que pensavam o partido comunista como uma organização que pela sua natureza e pelos seus generosos postulados *já* era o partido do proletariado: “nosso partido não pode nascer pronto e acabado”, “O desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares” ou “este programa deve ser aprofundado pela prática política dos trabalhadores”. (Partido..., 1986a, p. 6-10)

tralizadora das opiniões e ações de seus militantes, se constituía num espaço de disputa de hegemonia entre os vários agrupamentos que tentavam ser majoritários ou – para utilizar uma expressão típica do jargão da esquerda – “dar a linha política” do partido, isto é, mobilizar esforços no sentido de que o partido assumisse as concepções de socialismo, de revolução, e tantas outras questões, que cada um dos grupos considerava a mais correta do ponto de vista da intervenção partidária na luta de classes.

Isto fazia com que todas as principais disputas internas se dessem em função de posicionamentos amadurecidos no interior dos grupos, os quais publicavam documentos, brochuras e textos à discussão interna, disputando a hegemonia do partido, de modo que o recrutamento de novos militantes para os quadros do PT significava, para estes grupos, conquistar militantes também às suas posições particulares. Construir o partido significava, paralelamente, construir e fortalecer as posições defendidas pelo grupo. O PT, portanto, era dotado, no universo das concepções estratégicas desses grupos, de uma qualidade tática, instrumental.

A primeira grande crise vivida pelos petistas potiguares, em fins de 1980 é ilustrativa dessa percepção que alguns agrupamentos tinham do espaço propiciado pelo PT: um dos grupos que participaram ativamente na fundação do PT, no RN, era ligado ao PCR, agrupamento que encontrava-se atravessado, a nível nacional, numa discussão sobre as perspectivas da transição democrática brasileira e de si mesmo, enquanto organização política. No centro do debate, estavam aqueles que defendiam uma fusão com um outro grupo, o MR-8¹² e tendiam a encampar as concepções de transição pactuada, com o fortalecimento do PMDB como Frente Opositorista. De outro, estavam aqueles que pregavam o fortalecimento do PT e de uma postura crítica em relação à transição controlada pela ditadura.

¹² Silva(1987, p. 164), em seu “História das Tendências no Brasil”, nos informa que “Depois do II Congresso” - realizado em fins de 1979 - o MR-8 “passa a acelerar sua fusão com o PCR”.

Na medida em que a maioria dos militantes locais do PCR evoluíram suas posições no sentido da fusão com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) e do fortalecimento de uma frente oposicionista hegemônica pelo PMDB, surgiram, logo, os primeiros embates no interior do PT, onde se misturavam as divergências entre perspectivas políticas gerais e as acusações de que estariam tentando esvaziar o PT em prol do fortalecimento do MR-8.

No início de 1981, Rivaldo Fernandes – dirigente local do PCR e primeiro presidente estadual do PT – e outros militantes resolvem abandonar o PT, seguindo a orientação nacional do MR-8, segundo o qual a militância política de seus membros deveria se dar sob a cobertura partidária legal do PMDB. Lançam, em 1º de fevereiro de 1981 um “Manifesto Aos Trabalhadores e ao Povo do Rio Grande do Norte”, no qual acusam o PT de não defender uma bandeira de luta que consideram fundamental, a Constituinte. Entendiam que o PT não apresentava *“as condições necessárias para unir todos os setores do povo na luta pela democracia em nosso país”*, demonstrando-se incapaz *“para orientar e guiar o povo na luta pela derrocada do regime militar”*.¹³

Porém, estes setores não conseguem atrair um contingente significativo de militantes de base que colocasse em risco a viabilidade do PT no estado. Algumas lideranças rurais, que se articulavam com este grupo, devido ao trabalho que os mesmos desenvolviam através do SAR, discordaram dos posicionamentos assumidos pelas lideranças do grupo dissidente e não as acompanharam na decisão de sair do PT.

E este é um detalhe importante de ser ressaltado, pois nos primeiros anos de formação do Partido, eram os trabalhadores rurais os que detinham maior peso político e simbólico, no interior do PT. A maioria das lideranças envolvidas na

¹³ Assinavam o “Manifesto”: Rivaldo Fernandes Pereira, Geralda de Araújo, José Olavo Ataíde Filho (membro da Comissão Municipal de Natal), Edivan Martins Teixeira (membro da Comissão Regional), Edson Severiano da Fonseca (membro da Executiva Municipal de Natal), João Batista Nascimento da Silva (membro da Comissão Municipal) e Afonso Ligório Alves de Albuquerque (ex-Coordenador).

construção do partido na quase totalidade dos municípios do interior do estado, tinham como base de vivência política as lutas travadas pela posse da terra.

Uma primeira aproximação no que toca a representatividade social dos militantes que compunham o núcleo originário do PT, no RN, nos revela uma interessante heterogeneidade: havia trabalhadores da construção civil, de indústrias de confecções, trabalhadores rurais, comerciários, estudantes e professores universitários, funcionários públicos estaduais e municipais. Mas, dois destes segmentos sociais, os trabalhadores rurais e os militantes que, do ponto de vista de inserção política, participavam do movimento estudantil e docente da UFRN e das pastorais católicas, em Natal, eram os mais numerosos.

Quanto às lideranças rurais, comumente participavam dos espaços de sociabilidade apoiados pela Igreja, como o SAR, o MEB, ACR e a PR, ou o CENTRU, onde se difundia uma compreensão crítica do modelo e das práticas sindicais reinantes no meio rural e se estimulava a organização de oposições sindicais, com vistas às disputas no interior da FETARN (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte) e do movimento sindical rural como um todo.

Contudo, este grupo de militantes do movimento sindical rural que assumiram a filiação petista, não tinham uma penetração em todo o estado, o que os impossibilitava de, nas disputas pela direção da FETARN, derrotar os setores do movimento que haviam conseguido consolidar sua hegemonia, à base do reforço das práticas sindicais permitidas pelo regime militar. De modo que os petistas que atuavam no meio sindical rural eram minoritários, do ponto de vista de sua inserção e hegemonia, em relação ao conjunto do movimento de trabalhadores rurais do estado.¹⁴

¹⁴ As iniciativas do PT, ou dos grupos políticos majoritários do PT, em ampliar a sua penetração junto aos trabalhadores rurais pode ser atestada por uma nota intitulada "PT nos sindicatos", publicada pelo jornal Tribuna do Norte, de 03.08.80, onde se informa que os líderes do partido dizem estar mais interessados em desenvolver a penetração do Partido nos sindicatos rurais - e depois disso, nos do meio urbano.

Entre os militantes inseridos em lutas estudantis, a situação era diversa. A hegemonia do movimento estudantil e docente universitário, que na época havia conseguido expressiva visibilidade pública, era dividida entre os militantes petistas e os do PCdoB e PCB. Assim é que, das quatro chapas eleitas à direção do DCE, entre 1979 e 1983, em três delas há uma presença importante dos petistas.¹⁵

Poder-se-ia identificar nessa situação uma contradição aparente, nos seguintes termos: como era possível, do ponto de vista da hegemonia, que as lideranças petistas que tinham uma inserção limitada e minoritária no movimento sindical rural, tivessem mais peso político, *dentro do partido*, que as lideranças petistas universitárias, as quais estavam inseridas num movimento detentor de visibilidade pública equivalente a do movimento dos trabalhadores rurais, dando-lhe a direção política, o que não ocorria com as lideranças petistas “rurais”?

A resposta a este problema encerra a recuperação de alguns elementos importantes: num primeiro momento, a configuração política dos movimentos sociais existentes a nível local e, num segundo momento, algumas referências ideológicas presentes no imaginário petista.

Assim, no interior do movimento sindical, no estado, era no meio rural que havia se desenvolvido, com alguma expressividade, um conjunto de experiências de sociabilidade, de lutas e conflitos, assessorados pelos organismos pastorais católicos, em que se gestavam significações do espaço sindical e dos próprios atores envolvidos, as quais questionavam as práticas sindicais tradicionais e, como consequência, abriam campo a uma identificação às propostas político-sindicais que se associavam aos atores que fundaram o PT e a CUT, no eixo Centro-Sul do país. Era nesse espaço que estavam aparecendo, com um mínimo de organização política, os representantes locais do chamado “sindicalismo autênti-

¹⁵ Em que pese a presença hegemônica de militantes do PT, no movimento estudantil universitário, na UFRN, segundo Andrade, C.(1994, p. 41), “não havia uma tendência com nomenclatura própria que lhe representasse.[...] O motivo pelo qual o PT não tinha uma política específica para o ME não estava relacionado com qual-

co”, velhas lideranças (a idade média desses militantes era cerca de 50 anos) inseridas nas lutas rurais desde os anos 60, junto às atividades pastorais da Igreja, os quais tinham uma atividade política e sindical localizada em alguns municípios do interior do estado, onde chegaram a fundar e dirigir o PT, nos seus primeiros anos.

Já o movimento estudantil, espaço privilegiado de formação de novas lideranças dos grupos de esquerda que atuavam em seu interior, apesar da visibilidade pública alcançada pelas mobilizações de rua que promoviam, e mesmo assumindo um importante papel de contestação ao regime militar, não podiam ampliar o alcance de suas lutas para além do Campus Central da UFRN, em Natal, inclusive porque o movimento praticamente inexistia nas unidades de ensino no interior do estado.

De modo que, do ponto de vista da correlação de forças, no interior do PT, as lideranças estudantis e universitárias tinham a hegemonia somente do diretório de Natal, enquanto as lideranças rurais dirigiam a quase totalidade dos diretórios dos municípios do interior do estado.

Além disso, o imaginário construído e vivenciado pelos militantes petistas locais era fortemente influenciado pela idéia, compartilhada tanto pelos católicos “progressistas” quanto pelos marxistas, da missão e da imanência revolucionária, atribuída pelo próprio curso histórico àqueles que, na estrutura produtiva, se encontravam numa posição subalterna, ou seja, o proletariado.

Sob esta perspectiva, cabia aos “animadores”, segundo a ótica católica, ou a vanguarda, nas representações dos militantes marxistas, proporcionar à classe, ou à comunidade, experiências que possibilitassem às mesmas “descobrir” esta missão e realizá-la no universo das lutas e dos conflitos sociais, considerando que estes não eram mais do que verdadeiros sintomas da necessidade histórica da concretização do processo de libertação da classe trabalhadora. E, dentre a base

quer princípio deliberado de não intervir entre os estudantes, mas o fator determinante de tal omissão era a presença de diversas organizações dentro do próprio PT, existindo aí uma ‘dupla militância’.”

social que inicialmente se aproximou do partido, os setores que mais se aproximavam do protótipo do sujeito revolucionário, ou transformador, eram os trabalhadores rurais, alvos de um intenso trabalho político-organizativo por parte dos organismos da Igreja e de organizações políticas marxistas.

Essa identidade entre os grupos marxistas e os católicos “progressistas” era reforçada, até, pela presença dos militantes das organizações marxistas clandestinas no interior das atividades e espaços de sociabilidade organizados pela Igreja. Emblemático disso, era presença de militantes do PCR e do PCBR na direção dos trabalhos das pastorais católicas, no RN, nesse período. Aliás, é através desse trabalho que as lideranças rurais serão recrutadas a dois trabalhos simultâneos e complementares: (re)construir a organização revolucionária clandestina, moldada nos padrões leninistas de organismo conspirativo, e fortalecer o processo de fundação do PT, na medida em que este era a instância legal, e de massas, de amparo às atividades políticas dos grupos de esquerda ainda clandestinos.

Assim, a idéia clássica do marxismo ortodoxo de um sujeito imanente ao processo de transformação histórica – presente em todos os grupos marxistas que trabalharam na fundação do PT no RN – fazia com que se processasse uma intensa disputa, não explicitada, entre os dirigentes desses grupos, pela cooptação e hegemonia daquelas lideranças rurais envolvidas no trabalho da Igreja ou nas atividades do CENTRU.¹⁶ Isto porque, no imaginário daqueles dirigentes, aquelas lideranças eram as expressões de “vanguarda” do segmento mais “avançado” da “classe revolucionária” – o proletariado –, a nível da realidade local, os trabalhadores rurais. Ter a hegemonia entre aquelas lideranças significava, como decorrência, deter a hegemonia do PT e da CUT, que se configuravam, naquele mo-

¹⁶ Em depoimento dado ao autor, em 12.04.95, Olavo Ataíde informa que “da parte dos companheiros do campo eram pouquíssimos os que tinham clareza [dessa disputa] [...]. [Muitos deles] não entendiam que estavam em disputas de grupos de partido.”

mento, como espaços privilegiados de aglutinação massiva das chamadas “forças revolucionárias”.

Ademais, esse peso dos trabalhadores rurais, na composição da base social do PT nesses primeiros anos, é perceptível, não apenas pela intensa participação de militantes dessa extração social nos encontros estaduais do partido¹⁷, mas, também no conjunto de candidaturas que o partido apresentou, por exemplo, nas eleições estaduais de 1982.

Além dos candidatos a Prefeito, em cada um dos 31 municípios onde encontrava-se legalizado, o Partido concorreu, naquelas eleições de 82, com a seguinte chapa:

GOVERNADOR: *Rubens Lemos*, radialista, jornalista, ex-exilado político.

VICE-GOVERNADOR: *Sebastião Getúlio*, líder sindical e um dos fundadores de sindicatos de trabalhadores rurais do estado, nos anos 60. À época das eleições, era Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Salgada.

SENADOR: *Elisiel Barbosa*, membro do CENTRU e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanhas. . Em sua suplência ficou *Luís Alves*, então bancário do Banco do Brasil, em Mossoró, militante comunista histórico, que havia sido perseguido pela ditadura militar, quando atuava no clandestino PCBR, na década de 70.

O PT contava, também, com 04 candidatos na chapa de deputado federal: *Paulo Linhares*, advogado, residente em Mossoró, com atuação junto a sindicatos de trabalhadores rurais da região oeste do estado; *Cesário Batista*, ex-vice presidente da FETARN e um dos primeiros fundadores de sindicatos de trabalhadores rurais do estado, era, na época, membro do Diretório Nacional do PT; *Al-*

¹⁷ Tal presença majoritária dos trabalhadores rurais é notada, por exemplo, em matéria publicada no jornal Tribuna do Norte: “A pré-convenção, que em sua maioria esteve representada por trabalhadores rurais (sem

demir Lemos, comerciário e ex-diretor (cassado) do Sindicato dos Comerciários do Estado; *Geraldo Guedes*, estudante, havia sido diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFRN.

A chapa para deputado estadual apresentava os seguintes candidatos: *Crispiniano Neto*, violeiro e poeta popular, agrônomo e ex-integrante da equipe do Movimento Eclesial de Base, de Mossoró, tinha uma participação mais efetiva junto às lutas travadas pelos colonos da Vila Rural de Serra do Mel; *Francisco Ferreira*, ex-secretário da FETARN e membro do CENTRU; *Lauro de Almeida*, aposentado, gráfico, havia participado da luta pela Anistia; *Chico Pedro*, sindicalista rural de Riachuelo; *Arnaldo Rodrigues*, gráfico; e *Lincoln Moraes*, funcionário público e ex-militante do movimento estudantil no Ceará, entre as décadas de 60 e 70.

Portanto, os trabalhadores rurais estavam significativamente representados na chapa do partido às eleições de 1982, nas figuras do candidato a vice-governador, do senador, e na metade dos integrantes das chapas para deputado federal e estadual.

3.2. Eleições 82: a novidade, o classismo e a pregação no deserto.

O PT/RN mal havia saído de um grande desafio, que era a promoção de filiações e a realização de convenções municipais necessárias ao registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral já tinha diante de si um fato novo: disputar as eleições estaduais marcadas para novembro de 1982, o que somente era possível, caso cumprisse a legislação eleitoral então em vigor, que obrigava o partido lançar candidatos em todos os níveis.

grifos no original), decidiu que a Direção Regional terá 34 membros, sendo 10 de Natal, 04 de Mossoró e os demais escolhidos pelos municípios." (PT decide..., 1982, p. 3)

A fragilidade do partido no enfrentamento do processo eleitoral era evidente sob vários aspectos: a maioria dos seus militantes não tinham experiência de participação eleitoral anterior, jamais haviam se candidatado a quaisquer cargos eletivos, de âmbito estatal; suas respectivas inserções, do ponto de vista da hegemonia, nos movimentos sociais locais, eram estrangidas tanto pela eventual correlação desfavorável de forças – como no caso das lideranças rurais – quanto pela limitada capacidade de ressonância pública de suas lutas - como era o caso das lideranças estudantis universitárias e de categorias das camadas médias. O partido, também em decorrência disso, não dispunha de nomes com densidade eleitoral ou visibilidade pública capazes de ampliar a sua penetração social.

Além disso, sua estrutura material e financeira era uma nulidade, pois, dependia das contribuições individuais dos seus militantes que, em sua maioria, eram pequenos assalariados, o que era, muitas vezes, mimetizado pelos militantes do partido como um elemento a mais de diferenciação, num sentido classista, do partido em relação aos demais: “*Ao contrário dos outros partidos o PT não tem dinheiro nem acesso fácil aos meios de comunicação (rádios, jornais, televisão, etc.) que são amplamente utilizado pelos demais partidos políticos*”.(Diretório Municipal..., [1981a]) Criava-se, assim, uma aura em torno da qual o partido poderia resistir e ser vitorioso nas eleições apesar dessas dificuldades: “*Desde a criação do partido aqui no RN, há dois anos, que a realidade vem mostrando como se pode fazer um partido sem dinheiro, sem ‘gente importante’, sem emissoras de rádios e grandes jornais.*”(Diretório Municipal..., [1981b])

Em todo caso, o partido se mobilizava tentando cumprir rigorosamente os preceitos legais do Tribunal Regional Eleitoral, e reunir as condições políticas e materiais para enfrentar a campanha. Em fins de 1981, o partido já pensava em sua candidatura ao governo do Estado. Inicialmente, a direção regional tentou convencer Roberto Furtado - advogado, considerado “progressista” pela sua luta em defesa de presos políticos do regime militar, e militante histórico do ex-MDB

– a se filiar ao PT, na perspectiva de sua candidatura a governador. O próprio Roberto Furtado, porém, descartou a filiação, e conseqüentemente, sua candidatura pelo PT, afirmando que não tinha afinidade ideológica com o partido e tinha compromissos com o PMDB.

Outra tentativa foi feita junto ao então Presidente da Seção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado Varela Barca, o qual tinha tido destacada participação no Comitê local da Anistia, e detinha expressivo prestígio público, entre os grupos da esquerda local e a Igreja. Segundo o relato de um dos membros da direção regional do PT à época, Varela Barca havia assumido o compromisso de após encerrar seu mandato na OAB, voltar a conversar a respeito da proposta de filiação e candidatura feita pelo partido. Porém, pouco tempo depois, Varela Barca veio a falecer de câncer.

Em janeiro de 1982, o PT/RN, em concordância com uma diretriz que já se delineava a nível nacional, decide concorrer com candidaturas próprias. Naquela oportunidade, o PT encontrava-se organizado em 31 municípios, sendo 22 com diretórios legalizados e 09 com Comissões Provisórias, e contava com cerca de 3.500 filiados, dos quais 700 em Natal e 500 em Mossoró.(PT decide..., 1982)

Na cena político-eleitoral, o PT se digladiava, por um lado, com o representante “moderno”, “competente” e detentor de um estilo de governo “participacionista”, do PDS, o ex-prefeito “biônico” de Natal, o engenheiro José Agripino Maia¹⁸; e, de outro, com o carisma populista de Aluísio Alves, do PMDB, representando a oposição conservadora ao regime, apoiado, também, pelas lideranças e partidos (então clandestinos) comunistas.

Com todo o gênero de dificuldades, já retratadas, em parágrafo anterior, o PT ainda se via instrumentalizado, em alguns momentos, pelas duas forças hegemônicas: o PMDB disseminando que as críticas feitas pelos petistas decorriam de

¹⁸ Estudos recentes (Andrade, I., 1994) nos mostram que estas insígnias marcavam, na verdade, todo um conjunto de novas lideranças, no Nordeste, articuladas ao projeto liberalizador do regime militar.

um suposto compromisso destes com a candidatura do regime, ou que o PT era um partido “de comunistas”, o que atiçava receios inculcados, há décadas, junto ao eleitorado, pela ditadura. O PDS, por sua vez, dependendo dos municípios e das circunstâncias, buscava se favorecer, ora reforçando as críticas petistas ao PMDB, ora reforçando o medo ante os “comunistas do PT”.

Havia, ainda, casos em que os militantes do partido, para viabilizar um comício, precisavam enfrentar determinadas lideranças dos municípios do interior do estado, ligadas às candidaturas do PDS ou do PMDB, que ameaçavam impedir os comícios do PT.

Mesmo concorrendo nessas condições, contra dois partidos esmagadoramente superiores, uma legislação eleitoral que lhes beneficiavam, havia, ainda, militantes e dirigentes do PT/RN que apostavam numa significativa votação e, até, na eleição de deputados.

As eleições de 1982, no contexto da transição brasileira, tiveram um significado especial, basicamente por dois motivos: restabeleciam o voto direto para a eleição de governadores dos estados e contavam com a participação dos novos partidos surgidos em 1979. Contudo, ainda era uma eleição permeada por mecanismos que viabilizavam o controle do regime sobre os seus resultados, fosse através das limitações de acesso aos meios de comunicação de massa, fosse pelas mudanças das regras eleitorais em plena disputa.

Do ponto de vista político, para o PMDB, a eleição era vista como mais um momento de confronto entre o “Governo” e a “Oposição” – entendida esta como corporificada no PMDB -, enquanto que para os partidos “menores”, incluindo aí o PT e o PDT, tratava-se de utilizar a disputa como um espaço de demarcação de suas próprias posições perante o eleitorado. Este objetivo de, por dentro de um discurso oposicionista, diferenciar-se dos demais partidos de oposição, ao longo do processo eleitoral, estava bastante claro para o PT:

“Entendemos que as oposições no Brasil, hoje, agrupam-se em dois blocos distintos. De um lado temos o projeto da oposição burguesa, cujo objetivo nestas eleições é conquistar o maior número de cargos no parlamento e nos executivos estadual e municipal afim de realizar mudanças no regime sem alterar seu caráter de classe. Do outro lado está o projeto de se fortalecer a construção de um poder popular, que se concentra no PT[...]. As eleições para o PT representa um momento no qual ele vai às ruas, divulga suas propostas com base no movimento popular, apresenta a alternativa de uma política independente dos trabalhadores, se expande e acumula forças no sentido de avançar a organização e conscientização dos trabalhadores, lutando pelo fim da ditadura militar e apontando para a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores.”(Partido..., 1981)

Como, naquele momento, havia uma concorrência em torno da bandeira da “oposição”, já iniciada quando do debate em torno da formação de novos partidos possibilitada pela Reforma Partidária de 1979, tornava-se imperioso para o PT, clarificar ao eleitorado *o que* o diferenciava dos demais atores “oposicionistas”: o conteúdo do que lhe tornava, ao mesmo tempo, *novo e diferente* dos outros.

Nesse sentido, para o PT local – coerentemente com a percepção reinante no PT nacional - as distinções dos atores postos na disputa eleitoral, fossem eles da “Oposição” ou apoiadores do regime militar, somente ganhava cristalinidade quando vistas à luz de um traço *classista*. O elemento demarcatório era o pertencimento de classe expresso nos objetivos, e no conteúdo dos objetivos, dos partidos da oposição. Esse traço permeava, assim, todo o conjunto de invocações de sentido presentes na formação discursiva do PT naquelas eleições.

Segundo Keck(1991, p. 164), o núcleo do argumento petista sobre política e participação *“consistia em mostrar que a política não era apenas uma atividade de elite exercida no Congresso e nos órgãos do Estado mas, ao contrário, envolvia todo tipo de lutas populares em torno das condições de vida e de traba-*

lho.” Em outras palavras, o PT propunha a radicalização da cidadania e da democracia, enquanto direito de *qualquer um*, e em especial, do conjunto de *explorados*, “fazerem” política.¹⁹

O espaço propiciado pelo processo eleitoral, por exemplo, era (re)qualificado no sentido não de viabilizar uma mera conquista de cargos na estrutura do Estado, mas na construção de um outro sistema de poder que concorria com o poder representado pela ditadura.

Com essa idéia de estabelecimento de uma dualidade de poderes, o PT flexionava a preponderância axiológica atribuída pela oposição liberal ao processo eleitoral, colocando-o no patamar de um espaço de ressonância das significações e reivindicações elaboradas junto aos movimentos sociais ou de mera propaganda do projeto partidário. A utilidade das eleições estava em que era um momento de ida às ruas, de apresentação e divulgação de propostas; propostas estas que não eram uma “criação” do partido, mas tinham uma fonte inspiradora: os movimentos “populares”. Isto conferia, aos olhos dos petistas, a legitimidade e a originalidade do seu discurso e de suas propostas.

Mas, o importante a destacar aqui, é que essas invocações de sentido recuperavam um discurso, em voga entre os movimentos sociais que surgiram na passagem da década de setenta à década de oitenta, que enfatizava “*a justeza de estar de costas para o Estado, tendo em vista a idéia introjetada da política como coisa suja ou lugar inacessível à participação popular.*” (Barreira, 1988, p.112)

¹⁹ Tal invocação de sentido está bem claro nos seguintes trechos de uma poesia de cordel distribuída pelo PT nas eleições de 1982:

“Quem tem de entrar na política
é você meu companheiro
porque, de calo na mão
no bolso sem ter dinheiro
no bucho, sem ter feijão
se governar a nação
talvez desmanche o ‘balseiro’.

Você que é bom vaqueiro
pega boi brabo no mato
tira leite, coze sela
enfrenta a unha de gato
pode também enfrentar
o direito de votar

Assim, os elementos *anti* ou, na melhor das hipóteses, *para-estatais*, presentes no discurso eleitoral petista, expressavam o conjunto de significações surgidas nas experiências coletivas e mobilizatórias vivenciadas pelo conjunto de atores que fundaram o PT em São Paulo. Ou seja, estamos diante de significações que se forjaram nos enfrentamentos dos sindicalistas do ABCD paulista contra a estrutura sindical oficial - aprisionadora das organizações sindicais ao Estado - e nas experiências de militantes dos movimentos de bairro e por melhorias dos serviços oferecidos pelo Estado, que foram trasladadas ao âmbito do discurso partidário ou, num plano mais geral, ganharam o estatuto de elementos legitimantes da admissão daqueles atores à esfera política pública, dessa vez reconhecendo a arena partidária como instrumento de expressão de suas demandas e percepções da vida social.

No entanto, a pouca tradição de lutas sociais no RN, àquela época, não havia possibilitado uma disseminação de significações com esse caráter de uma afirmação soberana da sociedade civil em relação ao Estado. Num certo sentido, a sociedade civil potiguar, naqueles dias, ainda era, para utilizar uma expressão consagrada de Gramsci (1978), profundamente “oriental”, dotada de poucos espaços de sociabilidade capazes de constituir-se como um novo polo relevante de significação da esfera política pública local.

Por outro lado, o PT local não somente tinha uma inserção relativamente pequena junto aos poucos movimentos sociais locais, como também era hegemônico por um conjunto de militantes ligados, em maior ou menor grau, à organizações políticas clandestinas de matriz marxista. Assim, mesmo sendo, também, um efeito do caráter nacional e unificado da campanha do PT, em nível nacional, a dualidade de poderes presentificada no discurso eleitoral do partido, no RN, em 82, era menos o resultado de um conjunto de significações criadas e/ou solidificadas no rastro de grandes e expressivas lutas sociais locais, vivenciadas pelos

militantes petistas, mas a expressão da hegemonia, dentro do partido, de organizações políticas clandestinas que comungavam com uma determinada matriz discursiva marxista, fundada num raciocínio estratégico insurrecional, no qual as lutas sociais “dentro” ou “fora” do Estado eram momentos que se concentravam com objetivo de fazer “explodir” a revolução socialista.

O partido passava, portanto, por uma profunda ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que negava a primazia axiológica ao espaço eleitoral, como potenciador de mudanças substantivas na sociedade, participava do processo – ainda que sob uma ótica pautada numa razão instrumental. Por outro lado, a valorização dos espaços coletivos e de sociabilidade dos movimentos sociais ou do “movimento popular”, dotados de uma relativa margem de autonomia e independência perante o Estado e a classe dominantes, introduzia novas questões à temática democrática e sobre a transição brasileira à democracia.

Nos panfletos de candidaturas, distribuídos nas eleições de 1982, o traço classista, é acentuado no sentido de respaldar as candidaturas petistas pela origem social dos candidatos e/ou pela sua participação direta em lutas, espaços coletivos e experiências de mobilização de atores sociais subalternos, desenvolvidas no estado ou em seus municípios, consubstanciando, dessa maneira, uma idéia de representação política *orgânica*, isto é, a vinculação entre as demandas sociais dos diversos atores e as instituições político-partidárias.

Nesse sentido, ora os candidatos petistas se apresentavam ao eleitorado como *pretendentes* à representação política dos trabalhadores, no processo eleitoral, apontando o que os diferenciavam dos demais candidatos; ora, conduziam seu discurso como expressões políticas da classe, atestada pela própria condição de sua origem social, conforme podemos perceber no seguinte trecho extraído de um panfleto eleitoral de uma candidatura do partido:

“Para nós, a política, não começa nem termina nas cadeiras da Câmara de Vereadores e do Congresso Nacional. Muito menos nos

gabinetes dos Prefeitos, Governadores, Presidentes e Ditadores de plantão. Para nós ela se faz no dia dia das lutas dos explorados e oprimidos, pois somente com o avanço de nossa consciência e organização, poderemos chegar à ‘Nação Nova’ [...].

Nós, trabalhadores, sempre fomos massa de manobra na mão dos políticos burgueses. CANSAMOS!”²⁰

Assim, há um “nós” – o candidato e o seu partido – que elabora e apresenta, a quem lê o panfleto, sua concepção de política; e há um “nós” que não é ele, o candidato, nem o partido, mas a classe - “Nós, trabalhadores” - que aparece como o excuro da classe, como que falando a si mesma, mas que, na verdade, é um efeito do raciocínio que percebe a relação entre representantes e representados pelo vínculo da origem de classe. E para os petistas, em todo o país, o PT era um dos instrumentos desse vínculo, o que lhe conferia um caráter historicamente novo.²¹

Um aspecto importante se refere à percepção do espaço e do “fazer-se” da política que salta do que está escrito no panfleto: em face de uma tradição talhada na marginalização política e simbólica dos trabalhadores, o discurso petista está a redimensionar o território público da política, colocando num mesmo patamar tanto a esfera institucional-estatal (os poderes executivo e legislativo, ou as figuras do prefeito, do governador, do presidente, etc.) como as esferas “informais”, espaços coletivos, de sociabilidade e de representação de identidades, construídas no âmbito da sociedade civil, como “lugares” legítimos de exercício da política.

²⁰ Extraído de um panfleto eleitoral do sapateiro José Gonçalves, candidato a vereador de Natal, pelo PT, em 1982.

²¹ Isto pode ser detectado na abertura da Plataforma Eleitoral Nacional do PT, tirada no Encontro Nacional ocorrido entre 27 e 28 de março de 1982, em São Paulo, onde se lê: “A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso próprio partido e escolhemos os nossos próprios candidatos. Porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas. A campanha Eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais reivindicações do movimento popular. A campanha eleitoral do PT é uma CAMPANHA DE LUTA, quer dizer, uma CAMPANHA que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.” (Partido..., 1982)

Em outro panfleto, aliás, se diz: “*nossa plataforma não é a simples caça ao voto, mas sim um projeto de ação parlamentar na **busca de aberturas de espaços alternativos para a militância política.***”²²(grifos nossos)

Têm-se, nesses extratos, a projeção, ao nível do discurso partidário, das experiências vivenciadas pelos militantes, enquanto processo de formação de sujeitos, no sentido atribuído por Thompson(1981, p.182), ou seja, como

*“pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa **experiência** em sua consciência e sua **cultura** [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”*

O discurso eleitoral petista, com esta requalificação da política, dentro de uma concepção de representação política orgânica, projetava, também, uma requalificação dos mandatos:

*“entendemos um mandato do PT como um instrumento das reivindicações do povo organizado na nossa luta por **TRABALHO** e salários justos, **TERRA** a quem nela mora e trabalha, **LIBERDADE** de expressão e organização para todos.”*²³

*“Os candidatos do PT não prometem que vão resolver sozinhos os problemas para o povo, eles se comprometem a colocar seus postos e suas capacidades a serviço de cada mobilização popular.”*²⁴

A ênfase na associação dos mandatos à expressões e manifestações de coletividades, mesmo se aproximando da idéia de mandato imperativo, isto é, de um representante que têm seus atos controlados, ininterruptamente, pelos representados, se insinua como algo mais do que isso. O discurso petista, ao partir da pre-

²² Extraído de um panfleto eleitoral do artista plástico Venâncio Pinheiro, candidato a vereador de Natal, pelo PT, em 1982.

²³ Extraído de um panfleto eleitoral do sapateiro José Gonçalves, candidato a vereador de Natal, pelo PT, em 1982.

missa de que o espaço da política não era somente o parlamento ou o executivo, mas outros espaços não-estatais de representação de interesses e identidades - ainda mais num contexto de um regime ditatorial, onde o espaço político local mantinha-se dividido entre grupos político-familiares tradicionais -, buscava valorizar, não o exercício do controle dos representantes por representados atomizados, mas representados que agem enquanto “movimentos sociais”.

O principal problema enfrentado pelos petistas locais, no que se refere a recepção das significações impressas em seu discurso, era que, o partido não expressava um conjunto de atores sociais que houvessem conseguido firmar-se como pólos relevantes de significação do espaço político, tal como havia acontecido no Centro-Sul, de modo que a capacidade de ressonância social das suas invocações de sentido eram bastante limitadas.

A sociedade civil potiguar não havia processado, no seu interior, uma tradição de experiências e lutas sociais, nas quais emergissem oposições de sentido classista, instituintes de alteridades com capacidade de polarização política. Pelo contrário, as polarizações tinham raízes fundas nas práticas herdadas do coronelismo e se instituíaam como brigas entre grupos político-familiares.

3.3. Pós-82: crise e esvaziamento.

Ao final da campanha – José Agripino Maia vitorioso com cerca de 52,0% dos votos – o candidato do PT, Rubens Lemos, havia conquistado cerca de 0,4% da votação, o mesmo percentual obtido pelo total dos candidatos petistas ao senado, a deputado federal e estadual, o que pode ser explicado pelo mecanismo do “voto vinculado”.²⁵

²⁴ Extraído de um panfleto eleitoral do artista plástico Venâncio Pinheiro, candidato a vereador de Natal, pelo PT, em 1982.

²⁵ O resultado das eleições de 1982, para governador do estado foi o seguinte: José Agripino Maia (PDS), 389.924 votos; Aluísio Alves (PMDB), 283.572; Rubens Lemos (PT) 3.207; e Vicente Cabral (PTB), 441; votos em branco, 56.537; e votos nulos, 15.717. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN.

Havia o sentimento de frustração de largos setores da militância com relação à magra performance eleitoral, local e nacional, do partido²⁶, decorrente de uma ingênua, romântica e irreal superestimação da disposição de adesão do eleitorado às invocações de sentido classista veiculadas pelo PT. Essa frustração provocou o afastamento e/ou abandono de muitos militantes, principalmente no interior do estado, do trabalho de construção partidária. Muito embora, parte dessa frustração tenha sido canalizada no sentido de uma militância exclusivamente voltada aos movimentos sociais, em particular o movimento sindical, como forma de (re)constituir uma base social de apoio ao partido, num processo que ficou conhecido como “volta às bases”.

Na medida em que a participação nas eleições tinha como um dos objetivos principais para o PT, o fortalecimento de sua constituição orgânica, o balanço das eleições significava, também, um balanço do processo de construção e organização partidária encaminhado, até então.

Nesse sentido, o próprio partido reconhecia que poucos eram os diretórios ou comissões executivas municipais que mantinham uma dinâmica de reuniões regulares. De um modo geral, o funcionamento do partido, em muitos municípios dependia do desprendimento pessoal e voluntário de um ou dois militantes (Partido..., 1983, p. 8), os quais, por sua vez, também assumiam responsabilidades e compromissos junto a outras esferas de participação política, especialmente no movimento sindical, de modo que o reconhecimento de que na grande maioria dos municípios não haviam reuniões periódicas dos Diretórios Municipais (Partido..., 1981), não significa uma suposta inatividade da militância petista

²⁶ A avaliação da campanha, feita pelo diretório estadual, em 08 e 09 de janeiro do ano seguinte, reconhecia que “do ponto de vista meramente eleitoral” o partido tinha sido derrotado. “O número de votos obtidos esteve muito aquém do esperado, visto que o PT não conseguiu eleger qualquer candidato a qualquer dos cargos eletivos. Chega-se mesmo a localizar uma possível contradição entre o número de filiados, militantes e simpatizantes e aquele apresentado pelo TRE, este último aparentemente inferior ao que se supunha estar contido no primeiro caso.” (Partido..., 1983, p. 02). Keck (1991, p. 175), por sua vez, nos informa que “os resultados das eleições constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT. O partido não conseguiu atingir seu objetivo de conquistar 5% dos votos em nível nacional e 3% em nove estados, conforme exigido por lei. De fato, o PT conseguiu mais de 3% dos votos apenas em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, com 5,4%. No plano nacional, seus candidatos aos governos estaduais conquistaram apenas 3,3% do total de votos.”

existente, ou a simples inexistência desta, mas apenas a ausência de uma efetiva vida *exclusiva* ou *especificamente* partidária no PT estadual, em seus primeiros anos.

O fato de que o número de votos obtidos pelo partido era menor do que o suposto número de filiados, militantes e simpatizantes, indicava, aos dirigentes locais do PT, que a tarefa de construção do partido era mais complexa que imaginavam. O curso natural das discussões internas era apontar uma inserção cada vez maior do partido na sociedade civil como forma de fortalecê-lo e ampliá-lo. Assim, a reorganização interna do partido, para a Direção Estadual do PT, significava a elaboração de uma estratégia de atuação dos militantes do partido nos movimentos sociais.

Na verdade, esse movimento do PT de “volta às bases”, partia de uma avaliação segundo a qual o esforço concentrado no processo de organização legal do partido e, depois, no processo eleitoral, significou algo como que um distanciamento em relação à sua proposta original de maior presença nas mobilizações e lutas concretas e cotidianas dos trabalhadores.

Porém, a concretização dessa intencionalidade teve como efeito imediato um certo “esvaziamento” do partido, na medida em que as energias dos petistas se concentraram, prioritariamente, nos movimentos sociais, em particular no movimento sindical, em detrimento das atividades especificamente partidárias. Keck(1991, p. 217) também percebe isso ao analisar o PT paulista, quando se refere ao chamado período de “volta às bases” como “*caracterizado pela importância relativamente menor que tanto os militantes dos sindicatos e dos movimentos sociais petistas, como os líderes do partido atribuíam à atividade partidária...*”.

Trata-se de um momento complexo, em que o desafio de consolidação da proposta do partido, combalida pelo fraco desempenho eleitoral, confunde-se com o surgimento múltiplo de espaços com que se buscava intervir na esfera polí-

tica, pois que este trabalho de conquista de hegemonia combinava a valorização de alguns espaços legal e socialmente validados na esfera pública, como o sindicato (ainda que no interior de uma concepção de estrutura sindical corporativa), e outros, que se construíam à margem dessa esfera política oficialmente reconhecida, aos quais se atribuía a condição de germes constituintes de uma nova esfera pública, como os grupos de oposição sindical, as organizações políticas clandestinas, a própria CUT, pelo seu papel subversor da estrutura sindical oficial, e o PT, que aglutinava todos os atores desse processo, a partir de uma prática interna mais aberta à participação de suas bases nas esferas decisórias e de um discurso que se aproximava, até mesmo paradoxalmente, das concepções anti-instituição ou anti-Estado, que permeava a prática de parte dos atores que o fundam.

Esta múltipla e simultânea participação em outros espaços políticos, além do partido, ganha racionalidade quando vista à luz da visão disseminada entre setores do PT de que o fortalecimento dos vários movimentos sociais implicava, mesmo que indiretamente, num fortalecimento da proposta representada pelo partido, na medida em que este se constituiria como *reflexo* dos movimentos.

Em suma, na dinâmica de construção e consolidação de tantos espaços políticos, o espaço *especificamente* partidário era relativamente secundarizado, mas não totalmente esquecido, pois sua lógica se inseria como reflexo do ritmo próprio dos demais espaços. E no RN, no início da década de 80, estes espaços de massa (os sindicatos, os grupos de oposição sindical, as associações profissionais, etc.) apenas começavam a surgir ou vivenciarem conflitos mais radicalizados, de visibilidade pública. Portanto, eram espaços potenciais de florescimento de novas práticas sindicais e associativas, que, fortalecidos e hegemonzados pelos petistas, poderiam, como decorrência, referenciar o partido e fortalecê-lo enquanto instrumento político dos trabalhadores, conforme avaliavam os dirigentes do PT.

A importância deste período reside em que nele se concentrarão os elementos motivacionais de um processo de mudanças na composição social e política do partido, à nível local, resultado de tensões tanto dentro do PT quanto em outros espaços coletivos que com ele interagem.

No que tange sua composição social, o que se assiste é o início do processo de “urbanização” do PT, isto é, uma progressiva diminuição da participação e peso político dos trabalhadores rurais e um crescimento da força de setores da militância petista imersos em movimentos de traço urbano.

Isso se deveu, em certa medida, ao clima de frustração pela derrota eleitoral de 1982, que contagiou alguns dos militantes do interior do estado, mas, foi o reflexo, também, de outros processos, como: a redução das atividades do CENTRU, a mudança de perspectiva do grupo de petistas articulados ao PCBR quanto a sua atuação sindical e a emergência do movimento sindical urbano.

Quanto ao CENTRU, este começava a passar por dificuldades financeiras e divergências internas acerca dos seus rumos, entrando num progressivo e rápido desaceleramento de suas atividades e, por decorrência, numa diminuição de sua capacidade de manter uma articulação e uma intervenção consistentes no movimento sindical rural.

Associado a isso, o grupo na época hegemônico, a nível estadual, ligado ao PCBR, redefinia sua linha de atuação sindical, privilegiando a organização de um trabalho junto ao movimento sindical urbano e abandonando, gradualmente, o trabalho político-organizativo que havia sido feito no movimento sindical rural, junto com os organismos da Igreja e CENTRU, e que havia se constituído, até então, na principal fonte de estruturação do PT no interior do estado. Segundo um ex-dirigente local do PCBR,

“nós achávamos que o PT não tinha base social. [...] que a força que existia, essa força rural, era uma coisa artificial. [...] não era uma força que tivesse peso no movimento [...], que tivesse represen-

*tatividade no movimento, e a gente teve uma discussão pra fazer um trabalho pra reorganizar essa base social do PT”.*²⁷

Quanto aos demais grupos internos do PT²⁸, estes não conseguiam ocupar os espaços que iam, aos poucos, sendo deixados pelo grupo ligado ao PCBR, no interior, dado a pouca identidade entre estes e as poucas lideranças “rurais” que ainda se dispunham a permanecer na direção do partido, além do que, na época, inversamente ao que ocorria com o PCBR, tinham uma inserção política apenas entre segmentos sociais urbanos com articulação e organização políticas limitadas à Natal.

Contudo, este quadro inicial logo sofreu modificações impulsionadas pelo aguçamento dos conflitos pelo restabelecimento de uma ordem democrática, pelo ímpeto associativo e reivindicatório de várias categorias profissionais e pela fundação nacional da CUT. A nível local, junto com isso processou-se o ressurgimento do movimento sindical urbano, sobre o qual as cúpulas dirigentes dos grupos internos do PT mobilizaram suas energias, buscando hegemonizá-lo.

Nesse ressurgimento do movimento sindical urbano, a nível estadual, tiveram papel importante, do ponto de vista de seus efeitos sobre a mudança da composição social do partido, não apenas os militantes do PCBR, que flexionaram sua linha de atuação sindical, priorizando a conquista de sindicatos do meio urbano; mas também aqueles ligados aos grupos de esquerda com atuação limitada aos movimentos localizados em Natal, os quais, no rastro do ímpeto mobilizatório e associativo de várias categorias, especialmente aquelas ligadas ao serviço público e estatais, puderam estabelecer contatos e trocar experiências com outros

²⁷ Aldemir Lemos, depoimento dado ao autor, 31.01.95. Como se vê, este depoimento é esclarecedor também em relação a real dimensão da presença do PT junto ao movimento sindical rural, no estado.

²⁸ Conforme depoimentos coletados, até 1984, além do PCBR, os outros grupos que conseguiam articular militantes petistas em torno de suas posições eram: o grupo que atuava ou era influenciado pelas atividades da Igreja, o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), a OCDP (Organização Comunista Democracia Proletária), a Convergência Socialista e a ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista). Quanto ao PCR - que participou da fundação do partido, desde fevereiro de 1981 seus militantes haviam rompido com o PT e ingressado no PMDB, simultaneamente à fusão do PCR com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Para uma compreensão do surgimento destas organizações políticas, no Brasil, suas respectivas matrizes teóricas no interior do marxismo e suas concepções estratégicas, ver Silva(1987).

militantes nos municípios do interior e, com isso, abrir canais de divulgação e discussão da proposta partidária. É emblemático disso, a trajetória de toda uma geração de lideranças sindicais petistas que, nesse período inicial dos anos oitenta, estava saindo da universidade e passava a desenvolver sua militância política no interior da categoria onde se ligava profissionalmente; e uma boa parte dessas lideranças se vinculou ao setor que mais absorve mão-de-obra especializada no estado, o setor público.

A conjunção desses processos suscitou uma nova correlação de forças no interior do partido, à nível local, caracterizada por um “equilíbrio instável”, no sentido de que nenhum dos grupos internos, sozinho, conseguia impor-se como *condutor* do partido. Diferentemente do que havia acontecido nos primeiros anos de organização do partido - quando um grupo político, ligado ao PCBR e articulado à lideranças do movimento sindical rural, tinha a hegemonia absoluta do PT a nível estadual -, ambos os grupos detinham equivalente força, tanto entre os diretórios municipais do interior do estado, como no campo do movimento sindical, incluídos aí além dos sindicatos filiados à CUT, aqueles que, embora não formalmente filiados eram dirigidos por “cutistas” e as oposições sindicais.

Porém, no interior desse equilíbrio de forças, era evidente a diminuição do peso político do grupo ligado ao PCBR e o crescimento de outros setores que tinham uma atuação anteriormente limitada à Natal, como os que se articulavam às posições das organizações semiclandestinas PRC e ORM-DS, e os militantes referenciados nas atividades desenvolvidas nas pastorais católicas.

As implicações políticas desse “equilíbrio instável” podem ser resumidas no comum descumprimento, ou omissão, por parte de determinado grupo, em relação à execução de decisões aprovadas em instâncias partidárias que contrariassem suas posições originais. Isto significava que, na prática, a responsabilidade pela viabilização de determinado posicionamento cabia, tão-somente, àquele grupo que o havia defendido nas instâncias partidárias. Esta forma de relacionamento

político entre os grupos, expressa o enraizamento da cultura fracionária na qual o PT constituía-se como uma “frente”, no sentido de que era um espaço de disputa entre os vários grupos internos, e têm como episódio exemplar o processo das eleições para prefeito de Natal, de 1985.

Nos debates internos acerca da tática eleitoral do PT de Natal para aquela eleição, a posição defendida pelos grupos hegemônicos no diretório municipal, de que o PT deveria apresentar candidaturas próprias foi aprovada pelo Encontro Municipal. Neste Encontro, onde eram minoritários, os militantes ligados ao PCBR, defensores do apoio do PT à candidatura do então deputado estadual do PMDB, Garibaldi Alves Filho, se omitiram do debate ali produzido, e sequer apresentaram, formalmente, a sua posição.

Quando do Encontro Regional, meses depois, é que se configurou o impasse entre os dois grupos. De um lado, o grupo do diretório municipal de Natal, ressaltando a legitimidade do posicionamento que assumiam, visto que estavam respaldados na deliberação praticamente unânime do Encontro Municipal (o que também favorecia-os na crítica de que a Executiva Estadual estaria desrespeitando uma decisão democrática da instância máxima de deliberação de Natal). De outro lado, o grupo da Executiva Estadual, que naquele momento deixava clara a sua recusa em acatar e cumprir a deliberação do Encontro Municipal de Natal.

Essa discussão passou a ganhar maiores proporções por ocasião da impugnação da maioria dos diretórios municipais e conseqüente ilegalização do partido a nível estadual, pelo TRE, propiciando, com efeito, o impedimento do PT de Natal apresentar candidaturas ao pleito local.²⁹

No contexto dos debates que marcaram essa crise, a não legalização do partido era diagnosticada, pelo Diretório municipal de Natal, como expressão da

²⁹ A possibilidade do PT de Natal participar do processo eleitoral estava condicionada à legalização do Partido a nível estadual, isto é, era preciso que o PT estivesse legalmente organizado em pelo menos 31 municípios do estado. Porém, dos 31 diretórios municipais registrados pela Direção Regional do PT, o TRE somente considerou legais os diretórios de Assú e Apodi. O parecer do relatório do processo junto ao TRE indicava descumprimento de prazos e documentações incompletas como elementos causadores da impugnação do registro legal do PT.

condição falimentar da direção dada pela Executiva estadual aos problemas de organização do partido no estado, dado que – e este era um aspecto central da crítica – a mesma era composta por uma única tendência interna.

Os grupos que hegemonizavam a direção municipal de Natal questionavam a composição monolítica da Executiva Estadual, apontando a necessidade de que o processo de escolha das direções e executivas possibilitasse a presença proporcional de todos os grupos. Esta posição, na verdade, estava sintonizada com um debate nacional sobre a proporcionalidade nas instâncias executivas do PT³⁰, introduzido por alguns setores do partido, especialmente aqueles que se articulavam ao que poderíamos chamar de “esquerda marxista-leninista”, mas refletia, também, a experiência local, tanto no que diz respeito às lições extraídas da questão da não legalização do partido e conseqüente impugnação da candidatura à Prefeitura de Natal, como a vivência instituída dentro do diretório municipal de Natal, em que se combinava a heterogeneidade de sua composição política, que proporcionava disputas renhidas, e a necessidade de se ter uma unidade na disputa com os setores ligados ao PCBR. Conforme relata um antigo militante do PT local, apesar das tensões que existiam entre os grupos que hegemonizavam o diretório municipal de Natal,

*“tinha uma certa unificação de todas as posições, por serem minoritárias, contra os companheiros do ‘BR’. Como o ‘BR’ era majoritário, então eles se unificava [...] pra tentar disputar com o ‘BR’. Então a unificação era essa [...] porque senão lá vinha o ‘trator’ do ‘BR’ com todo mundo lá do interior. Então a gente se unificava, todo mundo contra eles.”*³¹

³⁰ Desde a fundação do PT, até, pelo menos 1988, enquanto os diretórios contemplavam, proporcionalmente, as diversas tendências partidárias, as comissões executivas, que eram (e ainda são) as instâncias mais próximas do cotidiano partidário, eram compostas exclusivamente por militantes da tendência majoritária. A defesa do critério da proporcionalidade na composição de todas as instâncias, inclusive a Executiva, significava que cada chapa ou tendência teria direito a indicar um número de militantes, para os cargos das instâncias, proporcional aos votos obtidos, por cada uma, nos Encontros. Cf. Pont (1992, p. 12-18).

³¹ Fernando Mineiro, depoimento dado ao autor, 26.03.95.

A ilegalidade do partido no estado e a crise política interna concorreram para que a Executiva Nacional do PT enviasse seu Coordenador da Secretaria Nacional de Organização, Carlos Zanatta, com o propósito de criar as condições políticas internas à reorganização do Partido no estado. O “Grupo de Trabalho”, criado em fins de 1985, reunindo representantes de todas as tendências internas, foi a solução encontrada à superação do impasse político e ao desenrolar da “reconstrução” do PT/RN.

A constituição do “Grupo de Trabalho”, do PT/RN, se deu num momento em que o partido no plano nacional, passava a ser reconhecido como uma expressiva força política, dado os resultados por ele alcançados nas eleições das capitais em novembro de 1985.

As eleições haviam mostrado uma tendência de crescimento nacional do PT. Na capital paulista, o partido teve quase um milhão de votos (cerca de 20% dos votos); ficou em segundo lugar em Goiânia (onde apareceram indícios de fraude eleitoral em benefício do candidato vitorioso, do PMDB)(Petista..., 1985, p.11; PT recorre..., 1985, p. 7) - obtendo uma votação elevada em cerca de 5.000% em relação a que o partido alcançara em 1982; em Aracajú, reunindo quase 17% dos votos; Vitória, com 26% dos votos; além da boa performance em Manaus (12% dos votos), Belém, Belo Horizonte e Salvador, com percentuais de 8,6%, 7,6% e 5,5% respectivamente(PT é..., 1985, p. 14), e Porto Alegre (11,3%).(Raul Pont..., 1985, p. 17)

Estes resultados apontavam para a emergência do PT como principal canalizador de um latente sentimento oposicionista do eleitorado em relação ao governo da chamada “Aliança Democrática”, que enfrentava impasses e dilemas políticos entre os partidos que a integravam, decorrentes, principalmente da crise econômica expressa no aumento das taxas de inflação. Afirmações como: “O PT sai deste pleito com forte cacife eleitoral nos centros urbanos, líderes afirmados e amplas possibilidades pela frente”(PT é..., 1985, p. 14) ou de que o PT “desponta

agora como o grande partido de oposição à nova República. E terá que ser respeitado como tal”(PT foi..., 1985, p. 3), não partiam apenas dos dirigentes petistas, mas de artigos e matérias de alguns dos jornais de expressão nacional.

No RN, a perspectiva era de recomeço: no 2º trimestre de 1986 o partido tinha 2.765 filiados junto ao TRE, número inferior ao registrado no 2º trimestre de 1985 (de 3.639 filiados), estava ilegal perante a Justiça Eleitoral e sob o que alguns dirigentes consideravam uma intervenção “branca” da Executiva Nacional. O partido, portanto, passava por um processo de “reconstrução”, conforme a apreensão de setores importantes dos petistas locais.

Num sentido político, essa “reconstrução” pode ser percebida na medida em que os grupos que tinham uma atuação localizada quase que restrita à capital do estado, e com influência em setores médios urbanos, vão assumindo uma parcela cada vez maior do poder interno no partido e embora houvesse um visível refluxo da atividade partidária por parte de muitas lideranças do meio rural - que haviam originado e sustentado o partido, em seus primeiros anos, nos municípios do interior -, era visível, também, a presença hegemônica dos petistas na condução de expressivas mobilizações e lutas que começavam a despontar, soerguendo o movimento sindical urbano e referenciando a proposta sindical da CUT.

Vale ressaltar, nesse sentido, o papel que teve o trabalho sindical que os grupos internos do partido desenvolviam, objetivando a constituição e fortalecimento da CUT e, muitas vezes, de si mesmas, enquanto facções, no quadro do crescimento nacional do associativismo e mobilizações de caráter reivindicativo-sindical, sob a hegemonia dos cutistas.

Assim é que os primeiros resultados do trabalho desenvolvido pelos sindicalistas cutistas, surgiram, no estado, também nesse período, conforme constatavam as próprias lideranças locais do PT: *“aqui no estado já temos alguns sinais de avanço com a vitória de chapas combativas no Sindicato dos Têxteis e na*

APRN, criação de associações pré-sindicais como a dos metalúrgicos e organizações sindicais em outras categorias”.(Partido..., 1986b, p. 4)

Dessas articulações, indiscutivelmente, a que redundou na conquista da APRN é marcante, pois

“inegavelmente eles [os professores de 1º. e 2º. graus da rede estadual de ensino do RN] se constituíram, no decorrer dos anos 80, numa das categorias profissionais mais mobilizadas do Estado. Desde 1979, ano em que realizam a primeira greve no Estado no pós-64, os professores irão realizar, até o final da década de 80, inúmeros outros movimentos paredistas e, em alguns momentos, ocupar um lugar central nas lutas sociais e políticas do Estado.”(Lopes Júnior., 1992, p. 2)

Além dos professores, a presença petista nas direções sindicais já se fazia hegemônica, também, em outras categorias importantes, de traço urbano e identificado às chamadas camadas médias, como os petroleiros, os comerciários, os trabalhadores da saúde e o funcionalismo em geral, cada uma das quais havia vivenciado experiências mobilizatórias e conflitos recentes, resultando numa maior inserção de si mesmas na esfera pública e na renovação política de suas direções.

Este nível de hegemonia exercido pelas lideranças petistas no sindicalismo de traço urbano não se observava no âmbito do movimento sindical rural. Este mantinha-se dominado por um conjunto de lideranças ligadas às concepções sindicais da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) e da FETARN, desde os anos 70, mesmo tendo sido o berço de onde surgiram as primeiras expressões do “novo sindicalismo” e do sindicalismo cutista, no Rio Grande do Norte.

3.4. “Construir o novo com a participação do povo”.

Entre fins de 1985 e inícios de 1986, a chamada “Nova República” vivia momentos de crise política, em virtude das dissensões internas ao conjunto dos partidos que lhes dava sustentação e da crise econômica, expressa nos aumentos recordes dos índices inflacionários. Além disso, como decorrência do aumento das greves e da boa performance eleitoral do PT, nas eleições para prefeitos das capitais, havia se configurado um clima de disputas entre o novo regime e os sindicalistas da CUT e o PT, aguçadas pelas declarações do Presidente Sarney que caracterizava o partido como “*autoritário, incapaz de conviver com a democracia*”.(Inimigos..., 1986, p. 28-34)

O documento eleitoral básico do PT, aprovado no seu IV Encontro Nacional, realizado naquele mesmo ano, definia como objetivo político do Partido sua afirmação como principal alternativa de oposição à “transição conservadora” e o desenvolvimento da “*independência política dos trabalhadores em relação às classes dominantes, seus partidos políticos e candidatos*”; e como objetivos gerais: o avanço do nível de organização e consciência da classe trabalhadora, a propaganda e organização do Partido, e a democratização da Constituinte e da Constituição.(Partido..., 1986c, p. 1)

As eleições de 1986 adquiriam para o PT o significado de um embate decisivo com a Nova República, a qual representava uma espécie de continuidade híbrida do regime militar, empenhada em legitimar-se formalmente através da Constituinte. Daí que o Partido se colocasse à tarefa de impulsionar uma ampla campanha pela participação popular no processo de elaboração da Constituição, através da organização dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, compostos por entidades civis, sindicatos e associações, partidos e personalidades, que ali se reuniram, discutiram e apresentariam propostas que pudessem ser encampadas e acolhidas pelo Congresso Constituinte.

A idéia de alianças e/ou coligações com outros partidos somente se colocava na medida em que estes se identificassem com os seguintes critérios:

“1. Claro posicionamento de oposição ao Governo Sarney, à Nova República e à transição conservadora, bem como às diversas propostas populistas, que procuram apresentar-se como uma oposição ao Governo Sarney mas apoiam a transição conservadora.

“2. Comprometimento com a plataforma que contemple as principais posições do PT e dos trabalhadores.

“3. Compromisso prático com as lutas dos trabalhadores e do povo.”(Partido..., 1986c, p. 1)

No âmbito específico do RN, a tradução das linhas gerais para as eleições de 1986, enfrentou vários complicadores: em primeiro lugar, a própria fragilidade do Partido; e em segundo, a ausência de parceiros para esta empreitada: o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCdoB, coerentes com a posição de darem sustentação ao novo regime, apoiavam o candidato do PMDB, Geraldo Melo; e o PDT vivia uma crise interna, que aparecia na disputa entre os que defendiam uma aproximação com a esquerda e os que tencionavam fazer o Partido crescer investindo numa aproximação com setores do PDS ou do recém-criado PL, liderado pelo industrial Flávio Rocha.

O PT/RN, disputará, assim, as eleições estaduais, com candidaturas próprias, sem parceiros. Se defrontará, de um lado, com a candidatura de Geraldo Melo - empresário de usinas de açúcar -, pelo PMDB, apoiado pelos comunistas, pelo grupo político-familiar dos Rosado, de Mossoró, e por remanescentes da família de Dinarte Mariz; de outro, com a candidatura do deputado federal e ex-Secretário de Educação do Governo de Lavoisier Maia, João Faustino, apoiado pelos Maias.

Em 1986, como em 1982, o partido se via inserido numa disputa eleitoral fortemente polarizada pelos dois grupos político-familiares hegemônicos, sob

condições materiais paupérrimas, tendo que, ao mesmo tempo “reconstruir-se” organicamente.

O processo de paulatina “urbanização” do PT, no RN, já pode ser percebido na composição da chapa, com a qual o partido disputou as eleições estaduais de 1986. Comparada à chapa petista da eleição de 1982 é visível a diminuição relativa de candidaturas de lideranças rurais e o aumento significativo de lideranças oriundas das lutas urbanas e das camadas médias.

O PT, nas eleições de 1986, apresentou a seguinte chapa:

GOVERNADOR: *Sebastião Carneiro*, professor universitário da UFRN, em Natal.

VICE-GOVERNADOR: *Raimundo Fco. de Lima*, liderança rural do município de São Pedro.

Os dois candidatos ao SENADO eram: *Damião de França Pinheiro*, trabalhador rural e sindicalista no município de Touros; e *Nazaré Batista*, que desenvolvia um trabalho comunitário no bairro de Nova Natal, na capital do estado.

Os candidatos a DEPUTADO FEDERAL eram: *Lincoln Moraes*, sociólogo e funcionário público estadual; *Juvêncio Hemetério*, bancário em Natal, *Carlos Roberto de S. Advíncula*, militante do grupo de oposição previdenciária; *Simião Paulino de Nascimento*, trabalhador rural no município de Ceará Mirim e membro da ACR (Animação Cristã no meio Rural) e *João Bosco Araújo*, sociólogo e ex-liderança estudantil da UFRN.

Para DEPUTADO ESTADUAL, o PT apresentava os seguintes candidatos: *Hugo Manso Jr.*, engenheiro mecânico e ex-liderança estudantil da UFRN; *Cipriano Maia Vasconcelos*, médico, ex-liderança estudantil da UFRN ligado aos trabalhos de base da Igreja Católica; *Edmilson Lopes Jr.*, sociólogo e ex-liderança estudantil da UFRN; *Antônio Duarte*, professor da rede pública estadual, ligado às pastorais católicas, na cidade de Montanhas; *José Helomar Rodrigues Jr.*, estudante na cidade de Santo Antônio, ligado às pastorais católicas;

Moisés Fernandes, comerciante na cidade de Riachuelo; *Luís Gonzaga Cavalcanti*, trabalhador rural do município de Carnaubais; *João Alves*, trabalhador rural do município de Poço Branco; *Eugênio Pinheiro de Souza*, professor da rede pública estadual e previdenciário, em Natal; *Romeu Augusto de A. Bezerra*, professor da rede pública estadual, no município de Macaíba e *Janúncio Bezerra*, professor universitário da UFRN, no município de Caicó.

Apesar de expressar em seus documentos a idéia de que, nas eleições de 1986, o não poderia “cair no erro de 82 quando ficou-se muito preso a um discurso ideológico, sem apresentar uma alternativa política de governo”(Partido..., 1986d, p. 3), na prática, o partido manteve-se aferrado às invocações de sentido que o marcaram nas eleições anteriores de 1982.

O Partido erguia-se contra a avaliação disseminada pela quase totalidade dos partidos políticos (inclusive os partidos comunistas), de que a Nova República era a *nova* e única possibilidade de instituição de uma ordem democrática no Brasil.

Para o PT, pelo contrário, uma ordem, tanto verdadeiramente *nova* quanto *democrática*, residia nas possibilidades oferecidas pelos sujeitos e lutas sociais que haviam emergido no início da década, e que haviam sido excluídos do processo transitório, de modo que a Nova República assumia, aos olhos dos petistas como uma nova forma de manutenção de uma velha tradição de exclusão política das classes subalternas.

O slogan eleitoral do PT/RN, nas eleições de 1986 - “Construir o novo com a participação do povo” - sintetizava e reafirmava essa idéia de que a qualidade possivelmente nova da “transição” somente se configuraria pelo alargamento da esfera política e inclusão da ampla participação popular no processo de elaboração e decisão da nova ordem.

O próprio partido conseguia visualizar quão limitadas eram as suas possibilidades de êxito nesse processo eleitoral:

“essa luta (no RN) é mais difícil em face da pouca organização dos trabalhadores e setores explorados, resultando em pouca força política para este campo. Aqui predomina o jogo dos grupos políticos burgueses situados no PMDB, PDS, PFL, que dispendo do poder econômico e político controlam as emissoras de rádio, os jornais, os órgãos dos Governos Federais, Estaduais e Municipais, conseguindo manipular a consciência popular com mentiras e ‘favores’, criando um clima de disputa entre eles (os poderosos), levando o povo a acreditar que seus problemas (do povo) serão resolvidos com a derrota do grupo que está no poder em favor de outro grupo burguês.”(Partido..., 1986b, p. 3)

A confrontação dessa avaliação da direção petista com o discurso eleitoral do partido nessas eleições denuncia a existência de duas dimensões intradiscursivas, gestadas no interior do próprio PT, decorrentes, em parte, do contexto específico em que o partido foi originado, no RN, mas também, das ambigüidades inscritas em sua matriz discursiva.

Uma dimensão, evidenciada na última citação acima, expressa as reflexões das lideranças partidárias sobre a configuração da sociedade civil potiguar e a maneira como as classes dominantes exercem sua hegemonia. A esta dimensão damos-lhe a denominação de “discurso para dentro”, ou seja, uma tematização que se realiza nas discussões internas do partido, onde determinadas interpelações são “filtradas”, de modo a não serem colocadas à prova da esfera pública, sob pena de invalidar todo o sistema interpelativo³² do partido, perante as pretensões e cultura política do eleitorado.

A outra, relaciona-se com as invocações de sentido gestadas e veiculadas pelo partido em direção ao eleitorado - o que chamamos de “discurso para fora”. Nele, as tematizações são orientadas no sentido explícito de legitimar as proposi-

³² Segundo Landi(Lechner, 1983), é o sistema de interpelações que outorga a uma formação discursiva sua unidade interna específica. Nele, estão contidas as maneiras pelas quais os destinatários dos discursos são nomeados, designados na órbita do trabalho, da sociedade civil, no sistema institucional. Assim, é um dos elementos constituintes dos atores sociais e políticos e, no âmbito específico do embate eleitoral, constitui-se no instrumento por excelência de mediação entre as proposições dos partidos e as pretensões do eleitor.

ções que caracterizam o partido e conquistar o eleitor, ou seja, o partido expõe, publicamente, seu sistema de interpelações.

Não se trata de unidades discursivas homogêneas, diferentes ou contrapostas, mas sentidos ou significações que são captados das práticas sociais e articuladas na formação discursiva dos atores, onde se atribui maior ou menor ênfase a determinados aspectos. Esse processo de valorização axiológica de um ou outro aspecto reflete, na verdade, o conteúdo do dispositivo simbólico que está sendo gestado entre os atores e com que identidade estes atores pretendem entrar no espaço público.

Por um lado, o “discurso para dentro” do PT local, está pressionado pela percepção de que, a relação das massas com o espaço político era hegemônica por uma prática de intermediação fundada não na prática de organização como grupos autônomos de interesses, mas em mecanismos “clientelistas”. A “consciência popular” era “manipulada” pelos grupos políticos dominantes com mentiras e “favores”. Assim, era preciso disputar as consciências, desmistificando um dispositivo simbólico central, que imprimia, nas eleições estaduais, a marca de uma eterna e indestrutível bipolaridade entre duas famílias, e marginalizava ou negava qualquer outra alternativa de inserção política “por fora” do círculo de disputa político-familiar dominante, ou que se pautasse na valorização de mecanismos de maximização de experiências mobilizatórias e coletivas, de intermediação entre os atores sociais e o espaço da política.

Entretanto, enquanto no “discurso para dentro”, o PT percebia o predomínio da manipulação da consciência popular, pelos grupos políticos dominantes, no “discurso para fora”, o partido sugere, de modo relativamente enfático, o oposto. Em um panfleto do seu candidato a governador lê-se: “*os políticos tradicionais tentam enganar a consciência e a sabedoria popular. Eles pensam que através do dinheiro podem comprar o voto do trabalhador. Mas os enganados serão eles.*”

Indo mais além, o discurso petista generalizava e sobrevalorizava, experiências mobilizatórias que se desenvolviam mais massivamente no eixo Centro-Sul do país, e apenas localizadamente no RN, como sintomáticas de que a “consciência popular” apontava numa outra direção:

“a ALTERNATIVA que os próprios trabalhadores apresentam, não apenas no R.G.N., mas em todo o Brasil é o caminho da luta. E a LUTA é a marca do PARTIDO DOS TRABALHADORES, desde seu surgimento em 1.979 até hoje e sempre. Todas as melhorias conquistadas pelos trabalhadores desse país se deram com a organização, a luta e a persistência. Somente através da mobilização popular, a luta sindical e a organização partidária é que poderemos conseguir melhores condições de vida para os que trabalham. “Para as eleições deste ano no R.G.N. as duas famílias que até hoje dominam o Estado já apresentaram os seus candidatos. Mas chegou a hora dos trabalhadores do campo e da cidade, agricultores, pescadores, operários, motoristas, comerciários, estudantes, bancários e professores, votarem no seu partido, o PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES.”³³

Como há uma coincidência categórica entre “povo” e “trabalhadores”, a imagem impressa na mensagem eleitoral do PT local não é de uma consciência popular “manipulada”, mas de uma consciência que forja uma alternativa de inserção na política, distinta da disseminada pelos “políticos tradicionais”, qual seja, a “luta”.

A recuperação do traço classista, presente também em 1982, está na articulação desse significante – a “luta” – como a marca do Partido, o que lhe impele a dar a sua nomenclatura - “Partido dos Trabalhadores” - um caráter menos “fantástico”, e mais “concreto”, como pode ser percebido numa das frases de destaque do referido panfleto: “Trabalhador vota no *seu* partido: PT”.

É importante assinalar, no entanto, uma relativa mudança de perspectiva que se insinua sob os termos da formação discursiva petista, nesse novo momento

³³ Extraído de um panfleto da candidatura de Sebastião Carneiro, do PT/RN, ao Governo do Estado, 1986.

eleitoral, no que tange a sua relação com a classe que almeja representar. Essa mudança, ainda que aparente, carrega sentidos oriundos, não apenas dos efeitos da performance eleitoral do PT em 1982 - que impactaram suas lideranças no sentido de que a empatia entre o partido e o conjunto da população não havia sido tão imediata quanto criam -, mas também do novo contexto de disputa política, em torno dos rumos da transição a partir do período inaugurado com a Nova República.

Essa mudança de perspectiva indica uma alteração da abordagem que matizava o processo de identificação³⁴ que os petistas imaginavam deflagrar junto ao eleitorado, em 1982, em comparação com 1986. Em 1982, o PT buscava seu credenciamento perante o eleitorado a partir de uma auto-afirmação sobre sua condição de legítimo e autêntico representante das classes subalternas, dado não só a origem e as invocações de sentido dos atores que resolvem organizá-lo, mas fundamentalmente, o modelo de organização partidária que buscava maximizar a participação de todos os seus militantes nas decisões do partido - a idéia de que o partido construía-se “de baixo pra cima”. Articulado a esses elementos estava a sua postura de oposição, sem tréguas, ao regime militar.

A associação categorial entre “os trabalhadores” e o “partido”, operada nas invocações de sentido veiculadas em 1982 pelo PT, impelia a uma vinculação dos atributos e propriedades do partido e de sua base social. Algo como uma indiferenciação entre um e outro, que se evidenciava, por exemplo, na visão de que o partido era um “reflexo” dos movimentos; ou de que em face da existência, latente ou não, adormecida ou não, da disposição de luta, organização e indignação, no seio do “povo trabalhador”, o partido devia dirigi-los, tirando-lhes do estado de inconsciência para um outro momento superior, o da consciência.

³⁴ Este conceito ampara-se nas elaborações de Landi (Lechner, 1983), segundo o qual, a identificação é um processo por meio do qual um ator assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo de outro e se transforma, total ou parcialmente sobre o modelo proposto por este.

A flexão do discurso petista, em 1986, está em considerar-se “parte” da sociedade e *apresentar-se* à mesma como alternativa política, não a partir da natureza de seu surgimento - como em 1982 -, mas a partir das posições concretas assumidas pelo partido no contexto das disputas que marcaram a transição democrática e pela sua identificação com as propriedades e atributos dos trabalhadores - “a organização”, a “mobilização popular”, a “luta”, “a luta sindical”, etc.. Clarifica-se, assim, a distinção entre o Partido e a classe, ainda que o partido seja uma posse dela - o PT afirma que “trabalhador vota no seu partido”, no caso, o próprio PT.

Nesse sentido, o PT, num primeiro momento, invoca como fonte de identificação junto ao eleitorado, o resgate de sua trajetória então recente, na qual se portou como destoante das otimistas perspectivas criadas em torno da Nova República:

“Em 1984 todos fomos às ruas LUTAR por eleições DIRETAS pra PRESIDENTE. Naquele momento a nossa esperança era de MUDAR a situação de miséria, fome e opressão em que vivia e vive o povo brasileiro.

“O PARTIDO DOS TRABALHADORES não entrou no jogo do Colégio Eleitoral, onde foi feito o acordo dos latifundiários, banqueiros e grandes empresários com o consentimento de alguns democratas, para enganar mais uma vez o povo.”³⁵

No panfleto, de onde extraiu-se a citação acima, um dos elementos da crítica petista ao novo regime parte de uma contraposição entre o *locus* onde se gestou a Nova República – o Colégio Eleitoral – e o *locus* onde se havia desenvolvido a Campanha das Diretas-Já – as ruas. Esta contraposição exprime menos uma invocação arbitrária, circunstancial, ou a ser compreendida apenas no contexto específico daquela conjuntura política, mas a percepção dos petistas de que a natureza distinta de cada um daqueles “lugares” políticos, instituía uma qualidade

³⁵ Extraído de um panfleto da candidatura de Sebastião Carneiro, do PT/RN, ao Governo do Estado, 1986.

igualmente distinta – e até mesmo antagônica – dos conteúdos e dos objetivos que matizavam as condutas políticas admitidas em cada um dos dois espaços contrapostos.

Assim, a “rua” era o *locus* de onde nascia a esperança de dias melhores e de mudança social. Era lá onde se emergia a “luta”, a “mobilização popular”, formas de manifestação e caracterização da conduta e da inserção política de uma classe determinada: a “classe trabalhadora”. O Colégio Eleitoral, pelo contrário, expressava um espaço de jogo, cujo resultado estava definido *a priori* no “acordo” que as classes dominantes arquitetavam “para enganar mais uma vez o povo”.

Uma questão a ser percebida no discurso eleitoral do PT local, de 1986, decorrente da flexão discursiva, em relação ao de 1982, é que o partido tenta apresentar ao “povo”, à população, a alternativa política gestada por uma parte dela: a “classe trabalhadora” ou “os trabalhadores”. Para utilizar os termos de Landi(1983), os petistas pretendem deflagrar um processo no qual o “povo” se identifique, se reconheça, isto é, se aproprie dos atributos, das propriedades simbólicas - a “luta”, a “mobilização” e a presença nas “ruas” - que qualificam a ação dos “trabalhadores”, a qual se constitui num espelho que busca antecipar ao eleitorado uma conduta a ser realizada.

Ao final da campanha, apesar de, em termos quantitativos, o Partido ter ampliado sua base eleitoral, especialmente no tocante à votação obtida pelas candidaturas proporcionais, entre as eleições de 1982 e 1986³⁶, e ter apresentado uma chapa de composição social mais heterogênea, com uma presença mais expressiva de candidatos originários de setores médios, permanecia evidente sua inexpressividade eleitoral. A própria Executiva Estadual do PT, em avaliação realizada em janeiro de 1987, reconhecia:

³⁶ A candidatura a governador do Estado, do PT, em 1982, obteve 3.207 votos, ou 0,4% dos votos válidos, enquanto em 1986, o PT alcança a marca dos 5.293 votos, que corresponde a 0,5% da votação válida. A votação obtida nas eleições para Senador, deputados federal e estadual, mostram, em geral, um mesmo cresci-

“Nosso nível de organização é limitadíssimo. Temos uma militância dispersa, um quadro financeiro de mendicância e uma direção estadual em formação, pois foi somente em fevereiro de 1986 que se tirou um Diretório Estadual e uma Executiva e logo após grande parte dos membros eram candidatos, ficando a direção sem um funcionamento orgânico mínimo.”(Partido..., 1987, p. 3)

A nível nacional, o resultado eleitoral do PT foi bastante superior a 1982. O Partido ganhou uma feição de “partido nacional” e menos “paulista”: sua bancada federal, formada majoritariamente por sindicalistas, saltou de 05 deputados (eleitos por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) para 16 (incluindo os eleitos por Rio Grande do Sul e Espírito Santo); e sua representação em Assembléias Legislativas, que era de 12 deputados (em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Acre), passou para 33 (incluindo os eleitos na Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe). Além disso, Lula tornou-se o deputado constituinte mais votado do Brasil, com cerca de 650 mil votos.

Porém, a eleição atestou a força do Governo Sarney e do PMDB, que, apresentando-se como responsável pela queda da inflação proporcionada pelo Plano Cruzado I, só não conseguiu eleger o seu candidato a governador em um estado.

3.5. O partido ganha a rua.

No período seguinte às eleições de 1986, as lideranças petistas locais conseguiram viabilizar mais concretamente o processo de reconstrução estadual do partido. Esta atividade foi favorecida, por um lado, pela ausência de eleições naquele ano, o que permitia aos militantes dispensarem um tempo maior ao trabalho sindical e também ao trabalho especificamente partidário; por outro, pelo extra-

mento: respectivamente, os percentuais foram de 0,78%, 0,6% e 0,7%. Dados obtidos junto ao Tribunal regional eleitoral/RN.

ordinário ímpeto mobilizatório e reivindicativo que várias categorias profissionais, e o movimento sindical em geral, passaram a desenvolver com uma força jamais vista até então no Rio Grande do Norte, o que representou, do ponto de vista histórico, o emergir de um conjunto de novos atores sociais, como os petroleiros, os urbanitários, os previdenciários, o funcionalismo público estadual, etc. à condição de novos contendores da esfera política local.

E é nesse processo de intensas mobilizações e lutas sociais - a maioria delas articuladas à lutas de caráter nacional, como as greves gerais nacionais encaminhadas pela CUT e demais centrais sindicais - que algumas das mais expressivas lideranças locais do PT, inseridas no apoio e na organização desses movimentos, se credenciaram como autênticas e legítimas lideranças de suas respectivas categorias, conquistando uma visibilidade pública equivalente ao peso social e político alcançado pela categoria.

A agenda de lutas dos movimentos sociais, naquele momento, estava permanentemente pressionada pela elaboração da nova Constituição, de modo que as reivindicações corporativas se associavam à luta pela criação de novos direitos sociais e políticos, e ampliação dos já conquistados. Além disso, a volta da inflação e as demonstrações públicas de autoritarismo e fisiologismo do Presidente Sarney³⁷ fomentavam um generalizado descontentamento popular em relação ao governo da Nova República, que se convertia em crescimento potencial dos partidos oposicionistas, e dentre eles o PT aparecia como principal expoente.

Diante de um quadro político tão conturbado, as eleições de 1988 vão se configurando como decisivas para o PT, que, aliás, experimentava um visível

³⁷ Isto ficou visível quando dos debates sobre a questão, posta na Constituinte, da duração do mandato presidencial e da realização das primeiras eleições diretas para Presidente, pós-64, ocasião em que os partidos de esquerda, junto com setores de outros partidos, defenderam a fixação do mandato presidencial em 04 anos, o que implicava na realização de eleições para presidente já em 1988. Por seu turno, Sarney, contando com o apoio público dos militares, desafiou a soberania da Constituinte, autoproclamando-se detentor de um mandato de cinco anos. Outros setores, buscaram superar a crise, acenando, sem êxito, com uma proposta que combinava a permanência de Sarney na presidência até 1989, com a instituição de um sistema parlamentarista. Como garantia de que teria o apoio majoritário dos congressistas, o então presidente se valeu da distribuição de verbas aos governadores de estado, além de cargos e concessões de rádio e televisão àqueles deputados que lhe dessem apoio. A forma pública e notória como se processou a cooptação desses deputados pelo presi-

crescimento nacional.³⁸ A nível local, os primeiros sinais de recuperação do PT em relação ao esvaziamento pós-82, são dados pelo aumento do número de filiações, que cresce em quase 25%, entre o 1º. trimestre de 1986, e o 2º. trimestre de 1987.³⁹

Em todo o país, o PT elegeu prefeitos em 36 municípios⁴⁰, alguns dos quais, juntos, eram responsáveis por 30% a 40% do Produto Interno Bruto do País, entre elas São Paulo, Porto Alegre, Vitória; as cidades industriais de São Bernardo, Santo André, Diadema, Campinas, João Monlevade; além de Santos e Angra dos Reis. Além disso, o PT obteve expressiva votação no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia. (Boletim Nacional, 1988/1989, p. 2)

Quanto ao número de vereadores, o PT elegeu 992, o que significou um crescimento de quase dez vezes em relação a 1982, quando elegeu 179. Há que destacar, nesse caso, que, apesar do crescimento em áreas urbanas, 40% desses vereadores eleitos pelo partido eram trabalhadores rurais e/ou militantes das lutas sociais do campo, demonstrando a crescente e diferenciada inserção dos trabalhadores rurais na esfera política, enquanto expressão do crescimento do próprio movimento.

À nível local, as eleições municipais de 1988 foram, a rigor, o primeiro teste eleitoral enfrentado pelo PT após o processo de reconstrução estadual, iniciado em fevereiro de 1986 e concluído com a Convenção Regional, em outubro de 1987, que, finalmente, legalizou o partido no estado.

Dos 37 municípios onde o partido disputou as eleições, em 14 deles, ou seja, quase 40%, o PT havia se constituído no período da “reconstru-

dente, fez com que em entrevista à imprensa um deputado aliado do governo declarasse que a legitimidade de tais iniciativas estava amparada na máxima franciscana de que “é dando que se recebe”.

³⁸ Pesquisa realizada pelo jornal *Folha de São Paulo*, publicada em 18 de julho de 1987, constatava o crescimento nacional do PT. Na média dos percentuais obtidos em oito capitais pesquisadas, o PT era o primeiro partido nas intenções de voto, com 22%, contra 20% do PMDB, 8% do PDT, 3% do PDS, 2% do PFL e 1% do PTB. Os percentuais obtidos pelo PT nas capitais pesquisadas foram: 6% em Recife, 10% em Salvador, 16% em Brasília, 22% em Belo Horizonte, 13% no Rio de Janeiro, 33% em São Paulo, 6% em Curitiba e 28% em Porto Alegre. (Bancada..., 1987, p. 2)

³⁹ Dados extraídos do arquivo do PT e do *Correio Braziliense* (PT cresce..., 1988, p. 11).

ção”.(Partido..., [1988] p. 2) Além disso, o partido lançou candidato a prefeito em 25 e participou em coligação, sem lançar o candidato a prefeito em 02.

O PT alcançou somente 1,8% do total de votos para prefeito e 1,7% do total de votos para vereador, em todos os municípios do estado. Contudo, se considerarmos a média percentual dos votos *apenas onde o PT disputou as eleições* há um considerável aumento dos seus índices de desempenho: nos 23 municípios onde os candidatos a prefeito eram petistas, a média de votos ficou em torno de 4,4%; em relação ao total de votos para vereador, nos 37 municípios onde o PT apresentou candidatos, o partido conseguiu 4,12%.

O balanço feito pelo diretório regional era “*de uma derrota parcial, que se por um lado não comprometeu o Partido, por outro ficou muito abaixo das expectativas.*”(Partido..., [1988] p. 6) Mas, indubitavelmente, aquelas eleições mostravam que o partido havia crescido significativamente, em relação a 82 e, mais do que isso, pela primeira vez na história política do estado, um partido conseguia ocupar espaços na estrutura institucional do Estado (executivos e legislativos), ancorado no crescente protagonismo de diversos atores sociais no sentido da ampliação da esfera política local, a partir da negação de qualquer vinculação ou aliança política com os chamados “grupos oligárquicos”.

Em Mossoró, maior município do interior do estado, a falta de 200 votos impediu o PT de conseguir eleger o seu primeiro vereador no município. Em outros municípios menores como Pedra Grande, Nísia Floresta e Montanhas, as candidaturas a prefeito do PT conseguiram, respectivamente, 11,22%, 6,35% e 5,83%.⁴¹

Assim, os resultados mais significativos, no RN, ficaram por conta de Pedra Grande, onde o partido havia recebido a adesão de um vereador eleito em 1982, pelo PMDB, reeleito nestas eleições; Janduís, onde o PT elegeu o prefeito

⁴⁰ Keck (1991), diz que o PT teria conquistado, na verdade, 31 municípios. Ocorre que sua fonte é o Boletim Nacional, de outubro de 1989, enquanto a nossa fonte é o de dez.88/jan.89, o que significa que as contradições são apenas aparentes, visto que após as eleições alguns prefeitos se desfiliaram do PT.

⁴¹ Dados obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RN.

e a maioria dos vereadores da Câmara Municipal; e Natal, com a eleição de um vereador.

Em Janduís, o processo teve particularidades: o Prefeito eleito em 1982, pelo PMDB, Salomão Gurgel, era considerado “de esquerda e comunista”⁴², mas convivia, conforme Costa(1993, p. 109-10), com a ambigüidade de ter no interior de sua administração, “*uma parte com práticas políticas tradicionais e outra representada por jovens oriundos do trabalho da Igreja, e por pessoas de esquerda convidadas a ajudar à administração, que tensionavam no sentido de concretizar uma administração democrática e popular.*”

Estes setores, ligados à Igreja e à esquerda⁴³, é que haviam organizado o PT no município, e passaram a ter peso político na administração, de modo que o candidato a Prefeito do partido - apoiado pelo então Prefeito Salomão Gurgel, é o seu mais próximo auxiliar, Antônio José Bezerra, que foi eleito com 50,66% dos votos. Ademais, o PT elegeu, também em Janduís, uma bancada de 05 vereadores.

A vaga na Câmara Municipal de Natal, conquistada pelo PT e pela Frente Popular de Natal (composta, também, pelo PSB, PV - Partido Verde, PH - Partido Humanista - e PCdoB), foi ocupada por Fernando Mineiro, terceiro mais votado candidato a vereador, em Natal, com 2.897 votos e teve um valor simbólico ainda maior, dado que a sua trajetória pessoal confundia-se com o surgimento recente de um conjunto de atores sociais que alargaram o espaço da política no estado: Mineiro participara das primeiras grandes mobilizações dos estudantes universitários da UFRN, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Saído da universidade para trabalhar como professor da rede pública estadual de 1º. e

⁴² Segundo Costa(1993, p. 127), mesmo fazendo parte de uma família tradicional da política do município, que controlava o PMDB local, tendo “como aliados fazendeiros e figuras tradicionais da política do município, já durante a campanha Salomão sinaliza a intencionalidade de fazer uma administração que significasse uma ruptura com os modos tradicionais de governar, presentes na maioria dos pequenos e médios municípios brasileiros.”

⁴³ Tanto Salomão como alguns de seus auxiliares, haviam, anteriormente militado no PCB, e “estavam sem ligação orgânica com [este partido], pois faziam parte daquele conjunto de militantes comunistas que haviam se colocado ao lado de Prestes quando do rompimento deste último, em 1979, com a direção partidária.” (Costa, 1993, p. 127)

2º. graus, participou das lutas da categoria e integrou a chapa de oposição que conquistou a APRN, em 1985, vindo a ser escolhido, em 1987, secretário-geral da CUT local.

Vale salientar, contudo, que, a rigor, a votação total obtida pelos candidatos a vereador e legenda do PT, em Natal, percentualmente, não foi expressiva - 2,94% em relação ao total de votos dados para vereador no município -, inclusive menor do que a performance do partido em outros municípios como Pedra Grande (6,4%), Carnaubais (6,67%), Areia Branca (6,4%), Montanhas (6,34%), São Pedro (5,18%) e Pureza (4,72%), entre outros.⁴⁴

O diretório estadual do PT conseguia perceber que havia acontecido uma ampliação da influência partidária em 1987 e 1988, mas ponderava que este crescimento

“não se refletiu internamente do ponto de vista orgânico.[...] A falta de quadros levou membros eleitos para o Diretório Regional em outubro/87 a assumirem cargos executivos municipais já no 1º. semestre de 88. Da mesma forma o surgimento da luta dos servidores através da ANSE [Associação Norte-rio-grandense dos Servidores Estaduais], a ampliação do trabalho da APRN, da Previdência, vitória da chapa 3 no sindicato dos petroleiros, sindicato dos comerciantes em Natal e Mossoró, construção civil - em Mossoró, diversas oposições, rearticulação estudantil, mobilizações e greves, dificultam a permanência de militantes do movimento popular e sindical junto ao cotidiano do Partido.”(Partido..., [1988] p. 2)

Esse crescimento, portanto, tinha a ver com a maior visibilidade e viabilidade nacionais do partido e com o descrédito dos demais partidos oposicionistas, mas, mais concretamente, era também o resultado primeiro da inserção, no espaço político local, de uma ampla gama de atores sociais e experiências mobilizatórias, com uma visibilidade pública até então inexistentes.

⁴⁴ Dados obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RN.

As diversas significações, surgidas no interior desses espaços coletivos, elaboradas pelos próprios atores sociais, a respeito do direito de sua admissão à esfera política pública, à legitimidade das suas lutas e dos instrumentos por eles utilizados, e da identificação dos seus adversários, identificavam-se com as invocações de sentido petistas, favorecendo, assim, relativo referencial das lideranças do partido (e do próprio partido), junto a esses movimentos, expressa na conquista de direções de sindicatos e associações profissionais.

O fato de que essa crescente referência não implicasse num aumento do número de “quadros” dirigentes do partido ou de militantes mais ligados ao “cotidiano” do partido, conforme constata a direção petista, pode ser analisada dentro da perspectiva de uma divisão do trabalho político, no qual a construção e veiculação da proposta partidária assume formas horizontal ou verticalmente distintas, no contexto da relação entre as atividades desenvolvidas pelos militantes no universo dos espaços representativos de sua categoria e as atividades do “cotidiano” do partido.

A forma horizontalizada supõe que, na percepção do próprio militante sobre sua militância, suas ações e posicionamentos no movimento social em que atua ou os esforços por ele desenvolvidos, de divulgação das candidaturas e propostas do partido (nos períodos de eleição, principalmente), no seio do mesmo, se integram a um processo mais amplo de construção partidária. A sua militância, naquele universo particular, tem tanta importância quanto sua participação numa instância de direção do partido.

A forma verticalizada carrega uma hierarquização do trabalho partidário, a partir da categorização da atividade de direção como “superior” em relação às demais formas de expressão da militância. Assim, a direção do partido aparece como a representação da grande massa de filiados, posição esta alcançada por meio de uma delegação espontânea, mas pressionada pela distribuição desigual de capital político entre os membros do partido. Algo compreensível à luz da teo-

rização bourdieuana do monopólio dos profissionais é inevitável, pois esta concebe que

*“a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais possível, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes - sobretudo, o **tempo livre** e o **capital cultural**.”*(Bourdieu, 1989, p. 164)

Uma outra pista para se entender a contraditória relação entre o crescimento da influência partidária em vários movimentos e a permanência de uma fragilidade orgânica do partido, detectada pela direção petista, está no que Schattschneider(Sartori, 1982, p. 81), identifica como a relação entre a capacidade coesiva de um partido e a perspectiva de se chegar ao poder. Segundo ele, *“os partidos são mantidos unidos pela ‘força coesiva proporcionada pela possibilidade de aproveitar-se do poder público’”*.

Sob essa ótica, o envolvimento dos militantes com o cotidiano do partido aumenta ou diminui na proporção da maior ou menor possibilidade da conquista do poder público. E no RN, era visível que o PT ainda não reunia forças suficientes a uma performance eleitoral capaz de colocá-lo numa posição de disputa hegemônica igual à dos grupos político-familiares locais.

É, possivelmente nessa perspectiva, que se possa entender o extraordinário envolvimento de inúmeras pessoas na campanha Lula-Presidente, no RN, conforme pode ser apreendida nos depoimentos de dirigentes locais do PT:

“A campanha de Lula para Presidente da República, foi uma das melhores campanhas, onde houve a maior mobilização de petista, [...] de militantes, [...] as pessoas dedicando, levando, indo, fazendo com dinheiro do bolso, botando [...], fazendo a campanha de Lula. Eu acho que o partido naquele momento [...] foi superado por essa

militância e tinha gente que nós não sabia de onde tinha aparecido... ”⁴⁵

“A campanha extrapolou a tudo aquilo que nós planejávamos. Ou seja: acho que pela primeira vez Natal e todo o Rio Grande do Norte presenciou uma campanha de massa, onde a adesão à candidatura foi feita pela forma das idéias e não pela manipulação da massa, como é de praxe em nosso Estado. As pessoas se envolveram em nossa campanha de uma maneira apaixonada e passaram a levar a candidatura de Lula a toda parte.”(Mineiro..., 1989, p. 06)

A expressiva votação da candidatura de Lula no RN, no 1º turno, com vitória em Natal e Mossoró, surpreendeu a todos. Alguns setores do jornalismo local procuravam saber dos dirigentes petistas que “mágica” o PT tinha feito para ganhar tantos votos num estado sem tradição sindicalista. Outros, se perguntando como “*um candidato sem caciques e sem estrutura*” em Natal, conseguia vencer em todos os bairros do município, tentavam encontrar respostas nos possíveis equívocos dos grupos políticos adversários da candidatura Lula:

“não foi apenas o resultado de um talvez eficiente trabalho de boca de urna da militância petista, mas o determinismo do eleitorado de reprovar o malabarismo populista dos políticos tradicionais [...]. [A] comunidade soube entender o malabarismo das lideranças tradicionais: de um lado o grupo Maia entre Collor e Brizola e, do outro, o grupo Alves entre Collor e Ulysses Guimarães.”(Serejo, 1989, p. 3)

Pode-se destacar alguns outros elementos que se não exaurem, com certeza ajudam a pensar a questão de como a candidatura do PT e da Frente Brasil Popular (FBP), sem “caciques”, “sem estrutura”, num estado “sem tradição sindicalista”, tenha conquistado 238.898 votos, isto é, 21,4% da votação total⁴⁶.

Em primeiro lugar, deve-se considerar o peso do caráter *nacional* da campanha, através da veiculação em rádio e televisão da eficiente e criativa propa-

⁴⁵ Aldemir Lemos, depoimento ao autor em 30.01.95.

⁴⁶ Dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

ganda eleitoral da candidatura da FBP, atingindo, ao mesmo tempo, a maioria dos lares em todo o país, sem depender *exclusivamente* da mediação das estruturas partidárias locais.

Associado a isso temos uma relativa desarticulação e pouco envolvimento dos grupos políticos locais, no 1º turno, reflexo, também das divisões das classes dominantes, no plano nacional, entre as várias candidaturas. É o que está a dizer o artigo jornalístico citado, quando se refere aos “malabarismos” dos grupos políticos locais tradicionais, divididos (intencionalmente ou não) entre três candidaturas.

Outro dado indicativo do pouco envolvimento inicial desses setores pode ser extraído da resposta dada por um dirigente petista, à época da eleição, a um semanário local, segundo o qual, diferentemente do PT, os outros grupos políticos não haviam combinado a campanha pela televisão com a chamada campanha “de rua”:

“Nós do PT fomos um dos poucos grupos políticos que exercitou esse tipo de campanha aqui no Estado. Conseguimos mobilizar centenas de pessoas para levar a candidatura de Lula às ruas, de bairro em bairro, de cidade em cidade. Fizemos centenas de comícios e manifestações pró-Lula neste estado, coisa que nós jamais pensávamos que teríamos condições de fazer.”(Mineiro..., 1989, p. 6)

Por fim, e esta é uma marca distintiva da candidatura Lula, a grande maioria dos militantes envolvidos na organização da campanha trazia em suas trajetórias individuais, a participação nos movimentos e espaços coletivos que emergiram no cenário político local, durante os anos 80, principalmente aqueles ligados ao movimento sindical, construindo e instituindo um novo campo de significações e novas categorias de percepção do campo político.

Apesar da derrota da candidatura do PT e da FBP⁴⁷, estas eleições indicaram uma sociedade brasileira e uma esfera política substancialmente diferente do que era projetado no início do processo de transição democrática.

A tradição política brasileira, que desenhava as polaridades políticas nos marcos dos grupos sociais dominantes, viu-se contrariada, na primeira eleição direta para presidente, após 38 anos, pela inserção, na disputa final, de uma candidatura, com chances de vitória, que trazia consigo a marca de atores sociais ligados aos grupos sociais subalternos, os quais, desde meados da década de 70 (re)construíram, de maneira soberana, o *seu* território político e, conseqüentemente, a esfera social da política.

O Brasil havia mudado. Na mesma medida, o PT, que contribuiu para esta mudança, havia mudado junto, pois deixava de ser uma promessa marginal e/ou utópica de partido, para se transformar em alternativa real de governo e principal referência partidária socialista do país e da América Latina.

3.6. Eleições 90: o terceiro turno que não houve.

As eleições de 1990, nas avaliações dos petistas, à nível nacional, tinham um caráter de desdobramento da polaridade consagrada no 2º. turno da eleição para presidente da República, no ano anterior, entre Lula e Collor. Em outras palavras, 1989 era um ano que não havia acabado e as eleições estaduais de 1990 representavam, portanto, o 3º turno da eleição para presidente.

Em face disso, o diretório regional do partido entendia que

“apesar da avaliação de que as oligarquias não foram derrotadas, a participação da sociedade organizada, a mobilização popular, principalmente em Natal, Mossoró e alguns municípios importantes do Estado e a nossa postura no 2º. turno, de reforçar a manutenção

⁴⁷ O resultado das eleições presidenciais de 1989, no RN, não diferiu do resultado nacional. A vitória de Collor foi de 535.927 votos contra 482.464 de Lula. Dados obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

da política de diferenciação das oligarquias proporcionaram ao PT possibilidades de disputa com estes grupos familiares e econômicos e de se afirmar como alternativa para os trabalhadores. O PT fortaleceu-se no Estado, tem boas perspectivas de se consolidar como referencial político, mas as debilidades orgânicas precisam ser recuperadas para que se possa materializar este potencial.”(Partido..., 1990a, p. 2)

No RN, onde as polaridades, no âmbito político-eleitoral, sempre se mantiveram entre representantes dos grupos sociais dominantes, a possibilidade de um deslocamento que opusesse as “esquerdas” (PT e aliados) às candidaturas da “direita” (as “oligarquias”) somente se configuraria na medida em que os partidos de esquerda locais conseguissem se apresentar como expressões das propostas representadas por Lula, em 1989.

Em um documento elaborado imediatamente após o processo eleitoral de 1990, lê-se:

“acreditava-se que se poderia recuperar os votos dados a Lula no 2º turno da campanha presidencial e daí dizer-se que chegaríamos ao 3º. Pensava-se também que se o desgaste que Collor estava atravessando levaria a que o PT ocupasse o centro da oposição e polarizasse o governo burguês.”(Partido..., 1990a, p. 1)

A tentativa de manter acesa a chama do processo anterior de eleições presidenciais, está presente, também, em várias passagens do Documento Político que funda a Frente Popular Potiguar (FPP), reunindo o PT, o PCdoB e o PSB. Nele estes partidos apresentam-se como expressões locais da Frente Brasil Popular, que dava sustentação política à candidatura de Lula à presidência:

“A Frente Popular-RN significa a continuidade de uma aliança política de partidos e forças sociais que assumiram a campanha e as propostas da Frente Brasil Popular na recente eleição presidencial e tem avançado na unificação das lutas sindicais e populares con-

tra as políticas dos grupos dominantes no país e no estado.”(Frente..., 1990, p. 1)

A tentativa de identificação enquanto representante local do conjunto de forças que apoiaram a candidatura Lula, na eleição passada, visava, evidentemente, capitalizar a expressiva e inesperada votação obtida pelo candidato da Frente Brasil Popular - principalmente no 1º turno, quando nenhum grupo político-familiar local lhe prestou apoio, fazendo com que fosse atribuído aos petistas e seus aliados a inteira responsabilidade pela performance eleitoral da candidatura Lula no RN.

Nas discussões iniciais de formação da FPP, já era consenso entre todos os partidos que o nome a ser apresentado como candidato a governador era o do médico-psiquiatra Salomão Gurgel, ex-prefeito de Janduís e recém-filiado ao PT.

Havia, no entanto, um certo constrangimento entre setores do PT, devido ao fato de que a candidatura de Salomão havia nascido *“muito mais via imprensa do que de uma discussão dos conjuntos dos filiados do Partido.”*(Partido..., 1990b, p. 9) Explique-se: diferentemente do ritual partidário petista tradicional, em que os candidatos do partido são apresentados, em primeiro lugar, às instâncias do partido, para, depois de aprovados, serem veiculados publicamente, a candidatura de Salomão Gurgel, havia sido divulgada por um periódico local, ainda em fins de 1989, sem a autorização ou conhecimento oficial da direção regional do PT. A matéria jornalística, que em seu título apontava como definida a candidatura de Salomão (“PT já tem um candidato ao governo”), no interior do texto relativizava: *“Salomão pode não ser o indicado, mas emerge das atuais eleições como uma das alternativas de luta e uma opção capaz de costurar uma frente popular ampla e forte na direção do Palácio Potengi.”*(PT já..., 1989, p. 3)

Somente na reunião do diretório regional de 13 e 14 de janeiro de 1990, o nome de Salomão - que já contava com a simpatia das lideranças locais da FBP -

foi apresentado (e aceito) oficialmente como candidato a candidato a governador pelo PT.

Mesmo sendo “*inegável sua representatividade e seu potencial junto a opinião pública do Estado*”, para o PT, no entanto, era preciso “*superar as debilidades que cercam este nome*”, no caso, a “*ausência de vida partidária*”(Partido, 1990b, p. 10), posto que a única relação que Salomão Gurgel tinha tido com o PT, até então, se restringia às suas atividades políticas em Janduís, após seu rompimento com o PMDB, em 1987.

A candidatura de Salomão Gurgel, para governador, e de Jacira Gondim, professora da UFRN, como vice, foram homologadas no encontro estadual de abril de 1990.

Além dos candidatos a governador e vice, o PT apresentou os seguintes candidatos a deputado federal: *Aldemir Lemos*, diretor do sindicato dos comerciários e membro da direção estadual da CUT; *Evandro Ramos*, advogado e ex-auxiliar de Salomão quando este era prefeito de Janduís; *Geraldo Pinto*, petroleiro, vice-presidente do sindicato local da categoria e membro das direções local e nacional da CUT; *Fernando Mineiro*, professor da rede de ensino público estadual e vereador em Natal; e *Telma Gurgel*, assistente social, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e professora da URRN (Universidade Regional do Rio Grande do Norte), em Mossoró.

Para deputado estadual, eram os seguintes os candidatos do PT: *Crispiano Neto*, agrônomo, poeta popular e professor da rede estadual de ensino público; *Eliziel Barbosa*, sindicalista do meio rural e dirigente da CUT local; *Florianio Bezerra*, ex-deputado estadual pelo PTB, nos anos 60, cassado pelo regime militar, com atuação política no município de Macau; *Hugo Manso*, engenheiro mecânico e ex-liderança estudantil da UFRN; *Júnior Souto*, presidente do SINTE (ex-APRN), desde 1985; e *Juvêncio Hemetério*, bancário, dirigente do Movimento de Oposição Bancária.

Ressalte-se que esta chapa, apresentada pelo PT, expressa a consolidação do processo que chamamos de “urbanização” do PT local, no sentido da tendência de maior presença de lideranças sindicais de extração urbana, com vínculos em categorias relacionadas às camadas médias e diminuta representação de lideranças oriundas do meio rural.

A campanha do PT e da Frente, nestas eleições, do ponto de vista da estrutura financeira e material, não diferiu das anteriores. Pelo contrário, já em agosto, o programa de televisão saiu do ar, por uma semana, por absoluta falta de recursos financeiros da FPP para mantê-lo. Além disso, a organização diretiva da campanha petista sofria a ausência de militantes experientes, dado que a maioria deles eram candidatos.

A despeito disso, os institutos de pesquisa registravam o crescimento da candidatura de Salomão: de 3% em maio, passou para 6% em julho e 8% em setembro, índices que ultrapassavam em muito os percentuais dos desempenhos anteriores do partido, à exceção da campanha presidencial, muito embora indicassem quão longe se estava da possibilidade de chegar ao segundo turno, conforme era objetivo do PT.

O discurso eleitoral da Frente, apesar de expressar as invocações de sentido de um conjunto de partidos (o PT, PCdoB e o PSB), guardava uma profunda ligação com as invocações do partido hegemônico, o PT, e mais do que isso, com o conjunto de significações acerca do espaço político local, construído pelos atores sociais subalternos emergentes na década de 80.

Nas afirmações iniciais do “Documento Político”, que é o primeiro texto produzido em conjunto pelas forças sociais e políticas que fundam a Frente, e que traduz algumas das suas principais diretrizes naquelas eleições, tem-se a percepção que os atores integrantes da FPP tinham de si mesmos: são

“partidos, setores sociais e personalidades que têm uma história de lutas em defesa de transformações sociais na realidade do nosso

Estado e do país, com vistas à conquista de uma sociedade justa, fraterna e democrática, organizada em bases socialistas.”(Frente..., 1990, p. 1)

Em outro momento, a Frente lança mão dos termos “oligarquias” e “grupos econômicos” para caracterizar os grupos aos quais fazia oposição. A princípio eram atores diferentes, mas associados, cujos valores e interesses, no entender da Frente, eram antitéticos aos “*interesses populares*” e aos “*valores ideológicos e morais de uma sociedade democrática e libertária*”.(Frente..., 1990, p. 2)

Fica evidente, aqui, que tratava-se de um apelo de sentido classista, de estabelecimento de identidades a partir de campos de classe originalmente opostos, emanado da presença hegemônica de uma matriz marxista ortodoxa, no interior da formação discursiva dos atores que compunham a Frente, especialmente o PCdoB e o PT - no caso deste, pela hegemonia interna exercida pelos grupos internos, herdeiros das organizações marxistas clandestinas.

Por outro lado, a identificação de um ator classificado como “oligarquia”, revela a tentativa de reapropriação de um dos traços mais marcantes da configuração do espaço político local no imaginário social local, isto é, o histórico rodízio de governadores e deputados que se inserem na política pela força do sobrenome que carregam e representam, transformando o espaço público num compartimento de seu espaço privado.

Essa perspectiva era reforçada pela polarização instituída naquele embate eleitoral entre os candidatos José Agripino Maia e Lavoisier Maia, os quais, mesmo em posições diferentes tinham origem e trajetória semelhantes, além de fazerem parte do mesmo núcleo político-familiar. Daí a utilização massiva, pelos candidatos da frente do bordão “Maia contra Maia é maracutaia”, lançando mão de uma expressão – a maracutaia – muito utilizada por Lula na campanha presidencial do ano anterior, para designar procedimentos enganosos e/ou ilícitos na política.

Além disso, diz o “Documento”,

“a Frente assume uma linha de campanha baseada na mobilização de massas, que contribua com a elevação do nível de consciência e organização do povo trabalhador do Estado, combata a manipulação, o clientelismo, a corrupção e politize o povo para que possa assumir as propostas ligadas a seus reais interesses”.(Frente..., 1990, p. 2)

Este prisma é revelador, não apenas da consciência daqueles atores políticos de sua limitada inserção social, restrita ao movimento sindical; mas, de sua orientação messiânico-vanguardista no que se refere a superação desta limitação, quando pretende “politizar” o povo, isto é, ser o *agente* de um processo que possibilitaria ao povo visualizar os seus “reais” interesses - antes não visualizados - e assumi-los.

A Frente apresenta-se ao eleitorado, enquanto *parte* da sociedade que busca ser sua expressão política, credenciando os atores que a constituem a partir da “história de lutas” pró-transformações sociais que marcam suas respectivas trajetórias e dos avanços em termos de *“unificação das lutas sindicais e populares contra as políticas dos grupos dominantes no país e no estado”*.(Frente..., 1990, p. 2)

É sobre esta base que se ergue os primeiros elementos de significação do espaço da política que, invocados pela Frente, delimitam sua diferenciação em relação aos demais atores inseridos no jogo político e definem sua percepção diferenciada, do próprio jogo em si.

Nesse sentido, a Frente posta-se perante ao eleitorado como *parte* que não atua na esfera política – tal como ela percebida pelo imaginário tradicional, de uma esfera *do* Estado – mas em esferas da sociedade civil - os sindicatos e entidades populares -, o que lhe daria um atestado de “pureza” em relação aos outros

atores que têm suas respectivas trajetórias inscritas na própria delimitação tradicional da esfera política como esfera exclusiva do Estado.

A Frente tentava, assim, se reapropriar da imagem, disseminada na população, da política como espaço, por excelência, de práticas “impuras” como a corrupção, o clientelismo, a manipulação, etc., e de apropriação privada de alguns poucos, para redimensioná-la no sentido do resgate do espaço original de atuação “política” dos atores que formam a Frente, dando-lhe o estatuto de garantia de uma prática política diferente ou “pura”.

Havia, portanto, uma tentativa de imprimir na territorialização e significação da política, uma dimensão dignificadora e democratizadora desta atividade e de seu espaço, ainda que inserida num contexto discursivo bastante tensionado pelo messianismo e vanguardismo típicos de uma orientação marxista ortodoxa.

Embora os resultados eleitorais tenham confirmado os prognósticos das pesquisas – José Agripino, do grupo Maia, com 454.528 votos (48,1%), e Lavoisier Maia, apoiado pelo grupo Alves, com 372.301 votos (39,4%) - atestaram, também uma significativa ampliação do espaço de atuação da esquerda, não apenas porque, pela primeira vez o partido conseguia eleger um deputado estadual, o professor Júnior Souto, sindicalista oriundo da mais mobilizada das categorias profissionais do estado, os professores da rede estadual de ensino público, protagonistas de lutas históricas, durante toda a década de 80. Mas também pela performance eleitoral do candidato a governador da Frente, o qual amealhou 103.616 votos, ou 10,96% da votação total, um crescimento da ordem de pouco mais de 2.000% em relação à votação obtida pela candidatura petista ao governo do estado em 1986.

Aliás, em relação à votação obtida pelos candidatos a deputado federal e estadual petistas, em 1986, os números de 1990, apontam, também, um crescimento entre 600% e 700%, o que é bastante significativo, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas qualitativamente, visto que

“grande parte dos votos dados ao PT residiram no movimento organizado, como os professores, comerciários, bancários, petroleiros, etc...E mesmo levando em conta que estes movimentos poderiam estar apresentando um avanço maior, é inegável o apoio eleitoral que o PT encontrou nestas e outras categorias.”(Partido..., 1990c, s.p.)

Evidentemente, a identificação do *locus* de onde brotaram os votos do PT e da Frente, feita pela direção do partido, parte de um reconhecimento empírico da inserção social e política do conjunto de militantes e simpatizantes que se envolveram na campanha, do que propriamente de uma análise científica. Mas, este reconhecimento é relevante a medida que esclarece, embora parcialmente, em que setores o PT havia conseguido inserir com êxito suas invocações de sentido.

E aí, não apenas a partir das impressões genéricas de seus dirigentes, mas dos índices de votação alcançados no período, combinado ao processo de ampliação da base de sindicatos filiados à CUT, é possível perceber que: 1) destarte sua limitada densidade eleitoral, ao final de dez anos de construção, o PT conseguiu constituir e hegemonizar um importante campo significativo do espaço político local, pautado pela recusa a sua conformação bipolar, pelos grupos político-familiares; e 2) este campo significativo teve como principal base social atores organizados em entidades sindicais e associativas, protagonistas de experiências mobilizatórias e lutas sociais que conseguiram redefinir os parâmetros de territorialização da esfera do político.

Esta referência alcançada pelo PT local, guarda, evidentemente, correlação com o crescente crescimento da visibilidade nacional do partido, mas foi o resultado, também, da inserção concreta de seus militantes locais nos espaços coletivos e processos mobilizatórios, de reivindicações por bens materiais e simbólicos, organizados no seio da sociedade civil. E era nesta inserção, visando a cons-

trução e o fortalecimento destes espaços e movimentos, que se desenvolvia um processo de reconhecimento e referendo social e político do partido.

Por outro lado, o resultado eleitoral referendou, também, a permanência, no centro das polarizações políticas, dos grupos político-familiares tradicionais, que tiveram suas candidaturas postas na disputa do 2º turno daquela eleição, colocando aos partidos da Frente a necessidade de uma definição diante da “nova” configuração daquela disputa eleitoral: apoiar José Agripino Maia, candidato do PFL, ou Lavoisier Maia, do PDT, apoiado pelo grupo Alves-PMDB, ou ainda, optar pela abstenção, seja através do voto nulo ou em branco.

O PCdoB e o PSB, resolveram dar o chamado apoio “crítico” à candidatura de Lavoisier, devido o seu discurso oposicionista em relação ao então presidente Collor. Mas o PT trilhou um outro caminho, o do voto nulo, que merece nossa ênfase dado que este partido era força hegemônica no interior da Frente.

Segundo uma nota publicada nos principais jornais do estado - “Partido dos Trabalhadores - Ao Povo Trabalhador do Rio Grande do Norte” -, em 21 de outubro de 1990, o partido considerava que ambos os candidatos eram “*faces opostas de uma mesma moeda*”: Agripino era “*apoiador e sustentáculo, no Estado, do desgoverno de Collor de Melo e suas mazelas*” e Lavoisier tinha como patrocinador o governador Geraldo Melo, “*não menos arrogante e prepotente que seu adversário [José Agripino], com sua política de descaso para com os servidores e o serviço público.*”(Partido..., 1990d, p. 3)

A identidade entre os dois candidatos era percebida pelo partido, também, na artificialidade da diferença que se instituiu entre eles: “*Lavoisier [...] só se separou do núcleo político do seu primo MAIA porque não indicou o vice da chapa de Agripino, e não, por ter uma proposta diferente de governo.*”(Partido..., 1990d, p. 3)

Além disso, e sobretudo,

“ambos os candidatos surgiram na política do Rio Grande do Norte pela via biônica, na Ditadura Militar [...] e são apoiados e financiados por grandes empresários, fazendeiros, comerciantes e setores da sociedade que tudo fazem para impedir mudanças que melhorem a vida do povo.”(Partido..., 1990d, p. 3)

Vê-se, portanto, que há uma crítica à natureza do processo que gerou a polaridade entre os dois candidatos, no caso, uma disputa por posições numa mesma chapa majoritária. Ou seja, não esteve em jogo, naqueles conflitos, a viabilização de projetos distintos de governo, ou mudanças das práticas significantes no campo da política, mas meramente a acomodação conveniente destas forças no interior do mesmo bloco.

Embora se apresente na crítica petista um classismo, evidenciado na associação que as lideranças do partido fazem dos candidatos a determinados setores sociais economicamente dominantes como os fazendeiros, grandes empresários, etc., o elemento central da sua crítica se insinua como uma tentativa de afirmação de uma dignificação da política. Num primeiro momento, em sua crítica ao passado histórico dos candidatos, oriundos de um regime caracterizado pelo tolhimento do espaço político. Num segundo momento, na denúncia da natureza artificial da polaridade que instituíram na campanha, que reduzia a disputa por projetos à acomodações de conveniência política, sob um discurso de exaltação e comparação de feitos administrativos passados. E na caracterização da sociedade socialista feita na referida comunicação pública, em que o partido enfatiza a idéia do *“pleno exercício da democracia, sem a compra de votos, sem currais eleitorais, sem favorecimentos políticos”* e um *“governo compartilhado com a sociedade organizada - sindicatos, associações”*, isto é, consubstanciando seu referencial societal a partir de significações que se opunham aos traços mais visíveis da forma de realização da política, da prática significativa, dos grupos político-familiares locais.